

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	19
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	38
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	85
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	87
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	88

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	41.772
Preferenciais	12.627
Total	54.399
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	866.060	852.852
1.01	Ativo Circulante	1.667	1.522
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	82	37
1.01.03	Contas a Receber	465	358
1.01.03.01	Clientes	465	358
1.01.06	Tributos a Recuperar	757	756
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	757	756
1.01.06.01.01	Créditos de Impostos	757	756
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	363	371
1.01.08.03	Outros	363	371
1.01.08.03.02	Outros Créditos	363	371
1.02	Ativo Não Circulante	864.393	851.330
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.655	5.827
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	28	28
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.627	5.799
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	5.627	5.799
1.02.02	Investimentos	793.929	779.215
1.02.02.01	Participações Societárias	793.929	779.215
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	793.929	779.215
1.02.03	Imobilizado	64.806	66.285
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	64.806	66.285
1.02.03.01.01	Terrenos	10.187	10.187
1.02.03.01.02	Edificações	54.404	55.881
1.02.03.01.03	Máquinas e Equip. Industriais	215	217
1.02.04	Intangível	3	3
1.02.04.01	Intangíveis	3	3
1.02.04.01.05	Ágio s/Investimentos	3	3

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	866.060	852.852
2.01	Passivo Circulante	645.671	614.297
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.676	6.197
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.787	5.324
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	889	873
2.01.02	Fornecedores	18.309	19.405
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.309	19.405
2.01.03	Obrigações Fiscais	48.106	46.789
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.879	9.888
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	7.879	9.888
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	30.080	26.913
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10.147	9.988
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	347.444	330.373
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	328.034	311.782
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	328.034	311.782
2.01.04.02	Debêntures	19.410	18.591
2.01.05	Outras Obrigações	226.136	211.533
2.01.05.02	Outros	226.136	211.533
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.317	3.317
2.01.05.02.05	Titulos a Pagar	170.277	156.983
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	52.542	51.233
2.02	Passivo Não Circulante	2.011.931	1.923.233
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	488.459	485.667
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	189.276	195.277
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	189.276	195.277
2.02.01.02	Debêntures	299.183	290.390
2.02.02	Outras Obrigações	342.346	290.774
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	143.949	98.439
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	-21.568	-22.005
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	178.735	134.007
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	-13.218	-13.563
2.02.02.02	Outros	198.397	192.335
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	198.397	192.335
2.02.04	Provisões	1.181.126	1.146.792
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	95.887	105.388
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	25.179	25.179
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	16.367	25.868
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	54.341	54.341
2.02.04.02	Outras Provisões	1.085.239	1.041.404
2.02.04.02.06	Provisão de Custos e Encargos	12.847	12.565
2.02.04.02.07	Provisão para Passivo a Descoberto	1.071.214	1.027.605
2.02.04.02.08	Outras contas a pagar	1.178	1.234
2.03	Patrimônio Líquido	-1.791.542	-1.684.678
2.03.01	Capital Social Realizado	672.562	576.172
2.03.02	Reservas de Capital	181.344	181.344

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.02.07	Gastos c/Subscrição de Ações	-3.073	-3.073
2.03.02.08	Reserva de Capital	184.417	184.417
2.03.03	Reservas de Reavaliação	23.260	24.158
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.795.126	-3.689.380
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	835.491	835.711
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	290.927	387.317
2.03.07.01	Debêntures Perpétuas	290.563	386.953
2.03.07.02	Créditos quirografários a converter	364	364

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.448	-51.274	-274.170	-319.810
3.04.01	Despesas com Vendas	-25	-36	-55	-115
3.04.01.01	Despesas com vendas	-25	-36	-14	-62
3.04.01.02	Perda no recebimento de credito	0	0	-41	-53
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.613	-9.202	-11.058	-21.763
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	413	1.037	26.516	29.757
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	411	930	-82.172	-100.875
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	411	-8.571	-82.172	-100.705
3.04.05.03	Prov.Futuras Perdas Operacionais	0	9.501	0	-170
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.634	-44.003	-207.401	-226.814
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-7.448	-51.274	-274.170	-319.810
3.06	Resultado Financeiro	-32.533	-55.700	-21.471	-26.683
3.06.01	Receitas Financeiras	630	635	10.728	14.603
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.163	-56.335	-32.199	-41.286
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-39.981	-106.974	-295.641	-346.493
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	388	897	388	776
3.08.02	Diferido	388	897	388	776
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-39.593	-106.077	-295.253	-345.717
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-39.593	-106.077	-295.253	-345.717
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-1.895,56	-1.895,56	-6.436,93	-7.614,5
3.99.01.02	PN	-2.085,11	-2.085,11	-7.080,62	-8.376,05

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-39.593	-106.077	-295.253	-345.717
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.623	111	4.044	5.778
4.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial	-1.623	111	4.044	5.778
4.03	Resultado Abrangente do Período	-41.216	-105.966	-291.209	-339.939

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-30.465	-68.306
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-37.838	-122.907
6.01.01.01	Depreciação e amortização	1.479	1.480
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	44.003	226.814
6.01.01.03	Juros sobre empréstimos	10.251	8.231
6.01.01.05	Lucro líquido do exercício	-106.974	-346.493
6.01.01.06	Provisões (reversões)	-9.501	-21.927
6.01.01.07	Ajuste e ganhos de debentures	9.612	8.988
6.01.01.08	Juros sobre títulos a pagar	13.294	0
6.01.01.09	Provisão de crédito de liquidação duvidosa	-1	0
6.01.01.10	Juros sobre crédito tributários	-1	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.373	54.601
6.01.02.01	Clientes	-106	37.683
6.01.02.02	Impostos a recuperar	0	4
6.01.02.03	Outros créditos	180	16.260
6.01.02.04	Fornecedores	-1.096	27.836
6.01.02.05	Obrigações sociais	-521	-4.140
6.01.02.06	Impostos e contribuições a recolher	7.379	-31.205
6.01.02.07	Titulos a pagar	0	10.683
6.01.02.08	Outras contas a pagar	1.255	-12.607
6.01.02.09	Titulos a receber	0	9
6.01.02.11	Provisão de custos e encargos	282	10.078
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.000	1.427
6.02.02	Baixas de investimentos	0	1.752
6.02.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-325
6.02.04	Aquisições de investimentos	-15.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	45.510	66.880
6.03.01	Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	0	-355
6.03.02	Operação de mutuo com empresas ligadas	45.510	62.901
6.03.03	Debentures	0	5.758
6.03.05	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-1.424
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	45	1
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65	57
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	110	58

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	573.099	0	176.114	-3.681.077	1.247.186	-1.684.678
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	573.099	0	176.114	-3.681.077	1.247.186	-1.684.678
5.04	Transações de Capital com os Sócios	96.390	0	0	0	-96.390	0
5.04.01	Aumentos de Capital	96.390	0	0	0	-96.390	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-106.077	111	-105.966
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-106.077	0	-106.077
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	111	111
5.05.02.06	Ajuste de Av. Patrimonial	0	0	0	0	111	111
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	331	-1.229	-898
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	-898	-898
5.06.04	Realização do custo atribuído ao imobilizado	0	0	0	331	-331	0
5.07	Saldos Finais	669.489	0	176.114	-3.786.823	1.149.678	-1.791.542

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	540.614	0	176.114	-3.258.002	1.091.826	-1.449.448
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	540.614	0	176.114	-3.258.002	1.091.826	-1.449.448
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	5.758	5.758
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	5.758	5.758
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-345.386	1.424	-343.962
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-345.716	0	-345.716
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	330	1.424	1.754
5.05.02.06	Realização do custo atribuído ao imobilizado	0	0	0	330	-330	0
5.05.02.08	Ajuste de Av. Patrimonial	0	0	0	0	1.754	1.754
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	-776	-776
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	-776	-776
5.07	SalDOS Finais	540.614	0	176.114	-3.603.388	1.098.232	-1.788.428

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	1.967	-71.001
7.01.02	Outras Receitas	1.967	-70.948
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	0	-53
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.684	-17.602
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.684	-17.602
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.717	-88.603
7.04	Retenções	-1.480	-1.479
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.480	-1.479
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.197	-90.082
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-43.368	-212.211
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-44.003	-226.814
7.06.02	Receitas Financeiras	635	14.603
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-48.565	-302.293
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-48.565	-302.293
7.08.01	Pessoal	1.449	2.074
7.08.01.01	Remuneração Direta	870	899
7.08.01.02	Benefícios	485	931
7.08.01.03	F.G.T.S.	94	244
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-669	-464
7.08.02.01	Federais	-669	-464
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	56.732	41.814
7.08.03.01	Juros	56.335	41.286
7.08.03.02	Aluguéis	397	528
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-106.077	-345.717
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-106.077	-345.717

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	341.970	370.591
1.01	Ativo Circulante	123.424	134.907
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	81	85
1.01.02	Aplicações Financeiras	665	17.235
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	665	17.235
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	665	17.235
1.01.03	Contas a Receber	8.035	4.805
1.01.03.01	Clientes	8.035	4.805
1.01.04	Estoques	13.969	7.927
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	100.674	104.855
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	100.674	104.855
1.01.08.01.02	Créditos de Impostos	68.153	67.826
1.01.08.01.04	Outros Créditos	32.521	37.029
1.02	Ativo Não Circulante	218.546	235.684
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.560	19.565
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	191	186
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	19.369	19.379
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	19.108	19.374
1.02.01.10.06	Outros créditos	261	5
1.02.02	Investimentos	88.292	90.737
1.02.02.01	Participações Societárias	44.795	47.240
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	30.057	32.502
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	14.738	14.738
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	43.497	43.497
1.02.03	Imobilizado	110.691	113.686
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	110.691	113.686
1.02.03.01.01	Terrenos	14.587	14.587
1.02.03.01.02	Edificações e instalações	72.063	73.718
1.02.03.01.03	Equipamentos e máquinas industriais	22.562	23.908
1.02.03.01.04	Informática e móveis de escritório	303	258
1.02.03.01.05	Outras imobilizações	1.176	1.215
1.02.04	Intangível	3	11.696
1.02.04.01	Intangíveis	3	11.696
1.02.04.01.03	Intangível	3	11.696

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	341.970	370.591
2.01	Passivo Circulante	951.449	905.734
2.01.02	Fornecedores	43.014	43.936
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	43.014	43.936
2.01.03	Obrigações Fiscais	184.058	180.509
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	121.385	110.583
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a Recolher	121.385	110.583
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	33.205	32.582
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	29.468	37.344
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	360.266	343.085
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	340.856	324.494
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	340.856	324.494
2.01.04.02	Debêntures	19.410	18.591
2.01.05	Outras Obrigações	364.111	338.204
2.01.05.02	Outros	364.111	338.204
2.01.05.02.04	Salários e Encargos Sociais	107.881	105.445
2.01.05.02.06	Dividendos Propostos	3.317	3.317
2.01.05.02.07	Adiantamentos de Clientes	3.225	3.231
2.01.05.02.08	Titulos a pagar	170.277	156.983
2.01.05.02.09	Outras Contas a pagar	79.411	69.228
2.02	Passivo Não Circulante	1.195.084	1.163.136
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	488.459	485.667
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	189.276	195.277
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	189.276	195.277
2.02.01.02	Debêntures	299.183	290.390
2.02.02	Outras Obrigações	443.284	393.712
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	98.786	79.798
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	125.646	77.033
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	-26.860	29.418
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	-26.653
2.02.02.02	Outros	344.498	313.914
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	326.796	296.211
2.02.02.02.05	Titulos a Pagar	14.960	14.960
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	2.742	2.743
2.02.04	Provisões	263.341	283.757
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	250.324	271.192
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	43.144	44.720
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	67.280	77.721
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	124.014	133.202
2.02.04.01.06	Provisão para Passivo a Descoberto	15.886	15.549
2.02.04.02	Outras Provisões	13.017	12.565
2.02.04.02.06	Provisão de Custos e Encargos	13.017	12.565
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-1.804.563	-1.698.279
2.03.01	Capital Social Realizado	659.541	562.571
2.03.01.01	Capital Social	672.562	576.172

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.01.02	Participação dos Minoritários	-13.021	-13.601
2.03.02	Reservas de Capital	181.344	181.344
2.03.02.07	Reserva de Capital	184.417	184.417
2.03.02.08	Gastos com Subscrição de Ações	-3.073	-3.073
2.03.03	Reservas de Reavaliação	23.260	24.158
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.795.126	-3.689.380
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	835.491	835.711
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	290.927	387.317
2.03.07.01	Debêntures Perpétuas	290.563	386.953
2.03.07.02	Créditos Quirografários a Converter	364	364

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	956	3.818	1.543	2.256
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-999	-3.423	-1.720	-3.815
3.03	Resultado Bruto	-43	395	-177	-1.559
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.033	-38.534	-222.703	-262.114
3.04.01	Despesas com Vendas	-612	-1.156	-386	-930
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.416	-22.203	-21.255	-37.656
3.04.02.01	Despesas gerais e administrativas	-9.439	-19.934	-19.901	-34.911
3.04.02.02	Depreciações e amortizações	-977	-2.269	-1.354	-2.745
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	30	-38	441	-39
3.04.03.01	Perdas/Reversões no recebimento de créditos com clientes	30	-38	441	-39
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	17.370	20.308	388.295	392.093
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	17.370	20.308	388.295	392.093
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-12.159	-33.598	-588.892	-614.202
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-246	-1.847	-906	-1.380
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-6.076	-38.139	-222.880	-263.673
3.06	Resultado Financeiro	-32.371	-68.308	-75.605	-86.374
3.06.01	Receitas Financeiras	17.116	33.782	14.262	18.442
3.06.02	Despesas Financeiras	-49.487	-102.090	-89.867	-104.816
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-38.447	-106.447	-298.485	-350.047
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	305	937	388	776
3.08.01	Corrente	-83	-173	0	0
3.08.02	Diferido	388	1.110	388	776
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-38.142	-105.510	-298.097	-349.271
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-38.142	-105.510	-298.097	-349.271
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-39.593	-106.077	-295.253	-345.717
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.451	567	-2.844	-3.554
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-1.895,56	-1.895,56	-6.436,93	-7.614,6
3.99.01.02	PN	-2.085,11	-2.085,11	-7.080,62	-8.376,05

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-38.142	-106.077	-298.097	-345.717
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.521	691	1.909	2.944
4.02.04	Participação dos minoritários	1.451	567	-2.844	-3.554
4.02.06	Ajuste de Av. Patrimonial	70	124	4.753	6.498
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-36.621	-105.386	-296.188	-342.773
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-38.072	-105.953	-293.344	-339.219
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.451	567	-2.844	-3.554

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-54.605	-225.610
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-99.859	-311.082
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	3.525	3.691
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	1.847	1.380
6.01.01.04	Participação dos Acionistas Minoritários	-567	3.554
6.01.01.05	Juros sobre empréstimos	10.361	49.900
6.01.01.07	Provisões/Reversões	-21.205	-28.548
6.01.01.08	Lucro Líquido do Período	-106.447	-350.047
6.01.01.09	Ajuste de ganhos de debentures	9.612	8.988
6.01.01.10	Provisão de crédito de liquidação duvidosa	-310	0
6.01.01.11	Ganho na alienação de investimento	-2.038	0
6.01.01.12	Juros sobre títulos a pagar	13.294	0
6.01.01.13	Juros sobre créditos tributários	-7.931	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	45.254	85.472
6.01.02.01	Clientes	-2.920	124.155
6.01.02.02	Estoques	-6.042	-3.320
6.01.02.03	Titulos a Receber	0	9
6.01.02.04	Créditos de Impostos	7.604	2.181
6.01.02.06	Outros Créditos	4.518	16.234
6.01.02.07	Fornecedores	-922	20.520
6.01.02.08	Obrigações Sociais	2.436	-48.521
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a recolher	34.134	-17.196
6.01.02.10	Adiantamento a Clientes	-6	-21.104
6.01.02.11	Titulos a Pagar	0	10.683
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	6.000	-23.707
6.01.02.14	Provisão de custos e encargos	452	10.078
6.01.02.15	Dividendos a receber	0	14.796
6.01.02.16	Dividendos propostos	0	-24
6.01.02.17	Títulos e valores emobiliarios	0	688
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	19.048	344.203
6.02.01	Pagamento pela compra de imobilizado	-530	27
6.02.06	Baixas de investimentos	0	8.123
6.02.07	Baixas de intangíveis	0	379.820
6.02.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-855
6.02.09	Baixas de imobilizado	0	-217
6.02.10	Valores em garantia na alienação de investimentos	4.578	-42.695
6.02.11	Recebimento pela alienação de investimento	15.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	18.988	-106.901
6.03.01	Amortização de juros	0	-50.476
6.03.02	Amortização do Principal s/Financ/Empréstimos	-205	-10.636
6.03.03	Operações de Mútuos com Empresas Ligadas	18.988	-50.123
6.03.04	Debentures	0	5.758
6.03.06	Captação de financiamento e emprestimo	205	0
6.03.07	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-1.424

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-16.569	11.692
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.506	447
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	937	12.139

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	573.099	0	176.114	-3.681.077	1.247.186	-1.684.678	-13.601	-1.698.279
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	573.099	0	176.114	-3.681.077	1.247.186	-1.684.678	-13.601	-1.698.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	96.390	0	0	0	-96.390	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	96.390	0	0	0	-96.390	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-106.077	111	-105.966	580	-105.386
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-106.077	0	-106.077	567	-105.510
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	111	111	13	124
5.05.02.06	Ajuste de Av. Patrimonial	0	0	0	0	111	111	13	124
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	331	-1.229	-898	0	-898
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	-898	-898	0	-898
5.06.04	Realização do custo atribuído ao imobilizado	0	0	0	331	-331	0	0	0
5.07	Saldos Finais	669.489	0	176.114	-3.786.823	1.149.678	-1.791.542	-13.021	-1.804.563

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	540.614	0	176.114	-3.258.002	1.091.826	-1.449.448	918	-1.448.530
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	540.614	0	176.114	-3.258.002	1.091.826	-1.449.448	918	-1.448.530
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	5.758	5.758	0	5.758
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	5.758	5.758	0	5.758
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-345.386	1.424	-343.962	-3.533	-347.495
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-345.716	0	-345.716	-4.264	-349.980
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	330	1.424	1.754	731	2.485
5.05.02.06	Realização do custo atribuído ao imobilizado	0	0	0	330	-330	0	0	0
5.05.02.07	Ajuste de Av. Patrimonial	0	0	0	0	1.754	1.754	731	2.485
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	-776	-776	0	-776
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	-776	-776	0	-776
5.07	Saldos Finais	540.614	0	176.114	-3.603.388	1.098.232	-1.788.428	-2.615	-1.791.043

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	6.703	-203.634
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.611	2.859
7.01.02	Outras Receitas	2.129	-206.454
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-37	-39
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.944	-46.975
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.022	-3.271
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.922	-43.704
7.03	Valor Adicionado Bruto	-12.241	-250.609
7.04	Retenções	-888	-3.060
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-888	-3.060
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-13.129	-253.669
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.935	17.062
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.847	-1.380
7.06.02	Receitas Financeiras	33.782	18.442
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	18.806	-236.607
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	18.806	-236.607
7.08.01	Pessoal	5.488	5.961
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.181	3.143
7.08.01.02	Benefícios	1.935	2.406
7.08.01.03	F.G.T.S.	372	412
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.290	1.322
7.08.02.01	Federais	15.831	1.066
7.08.02.02	Estaduais	430	248
7.08.02.03	Municipais	29	8
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	102.538	105.381
7.08.03.01	Juros	102.090	104.816
7.08.03.02	Aluguéis	448	565
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-105.510	-349.271
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-106.077	-345.717
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	567	-3.554

Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 JUNHO
DE 2026**

A Administração da **INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial**, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em atendimento integral às disposições das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Comentário de Desempenho da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao período findo em 30 de junho de 2026.

Mensagem da Administração**Visão Estratégica: Período 2026-2030****Visão de Futuro e Retomada Operacional**

O fechamento do 2T26 consolida o início de uma virada operacional e financeira para a Inepar. Apesar da taxa de juros elevada, que encarece o carregamento da dívida, a melhora na margem bruta, a disciplina em despesas administrativas e o robusto *pipeline* concentrado em Óleo & Gás e Energia, posicionam a empresa para capturar o ciclo de investimentos Capex desses setores.

Conjugado com a liquidação de passivos concursais, combinada à monetização dos *claims* e aos projetos da ZPE de Araraquara, que incluem a construção de um Data Center de 200MW, e a construção de uma Termoelétrica em Magé/RJ, representam os principais catalisadores para o encerramento gradual de sua Recuperação Judicial.

A Inepar posicionou sua retomada comercial no centro da dinâmica dos setores de **Óleo e Gás (O&G), Energia Elétrica e em alternativas inovadoras para transição energética** no mercado Brasileiro.

Enquanto os setor de **O&G vive um momento de forte tração operacional impulsionado** por preços globais do petróleo (*Brent*) em patamares atraentes para a execução de Capex e pela contínua expansão de novos módulos E&P, o setor de **Energia passa por um reajuste estrutural**, migrando da corrida de expansão solar/eólica para gargalos de transmissão, armazenamento (*baterias*) e atendimento à nova demanda por energia firme como a expansão de *Data Centers*.

- **Foco do Pipeline (2026–2030):** A companhia mapeou um *pipeline* de negócios de **R\$ 22,4 bilhões**. O setor de **Óleo & Gás representa expressivos 77% (R\$ 17,4 bilhões)** desse volume, demonstrando que a demanda por EPC, módulos, caldeiraria e equipamentos para E&P é o principal vetor do seu plano de crescimento.
- **Energia e Infraestrutura:** Os setores de Energia e Metroferroviário compõem os 23% restantes (R\$ 5,1 bilhões), alinhados às frentes de renováveis e modernização de transportes.

Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 JUNHO
DE 2026**

- **Projeção de Receita:** A meta da administração contempla uma receita acumulada de R\$ 2,69 bilhões em 5 anos, saltando de R\$ 50 milhões projetados para 2026 até R\$ 1,08 bilhão em 2030.

2. Comparativo do Desempenho Operacional e DRE (2T26 vs. 2T25)*Valores consolidados (em milhares de reais)*

Rubrica DRE	2T26	2T25	Variação % / Evolução
	(Acumulado)	(Acumulado)	
Receita Bruta de Serviços Industriais	4,611 K	2,859 K	+61,3% Reflete reação gradual de serviços;
Custos de produtos e serviços	Redução de 10,3%	Maior pressão de custos	Ganho de eficiência fabril
Resultado Operacional Bruto (Lucro/Prejuízo)	Lucro Bruto de 395 mil	Prejuízo Bruto de R\$ (1,559) K	Reversão operacional positiva
Despesas Administrativas e gerais	R\$ 22,2 K	R\$ 37,6 K	-41,0% (Queda R\$ 15,4 K)
Outras Receitas e Despesas Líquidas	R\$ (34,5) K	R\$ (221,9) K	Redução expressiva de perdas/não recorrentes
Receitas financeiras	R\$ 33,8 K	R\$ 18,4 K	+83,7% Impulsionada por créditos e cessão
Despesas financeiras	R\$ 102,1 K	R\$ 110,5 K	-7,6% Menos passivos financeiros

Destaques Operacionais do Período:

1. **Inflexão do Lucro Bruto:** O avanço de 61,3% na receita bruta somado à redução de 10,3% nos custos fabris, permitiu que a companhia revertesse o prejuízo bruto do 2T25 para um lucro bruto positivo no 2T26.
2. **Disciplina de Custos Fixos:** Houve corte expressivo de 41% nas Despesas Administrativas. A redução de R\$ 14,8 milhões em contratação de serviços de terceiros e a ausência de honorários de êxito não recorrentes, (que impactaram 2025) explicam o enxugamento.
3. **Receita Financeira Extraordinária:** O incremento nas receitas financeiras (R\$ 33,8 milhões no 2T26 vs. R\$ 18,4 milhões no 2T25) foi impulsionado pela atualização de créditos fiscais (R\$ 18,2 milhões) e pela cessão de direitos creditórios das ações dos Consórcios Caraguatatuba e QGIT contra a Petrobras ao Fundo Chimera (R\$ 13,5 milhões).

3. Variações Patrimoniais e Estruturação Financeira

- **Liquidez e Caixa Operacional:** O saldo de Caixa e Equivalentes encerrou o semestre em R\$ 746 mil (contra R\$ 17,3 milhões no fim de 2025). A redução reflete o direcionamento da poupança para a liquidação de passivos de curto prazo, salários, rescisões e obrigações do Plano de Recuperação Judicial (PRJ).
- **Monetização de Ativos Não Operacionais:** A venda da fatia de 37,82% na Companhia Brasileira de Diques (CBD) por R\$ 15 milhões, em abril de 2026,

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial

Comentário do Desempenho

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 JUNHO DE 2026

reforça a estratégia de desmobilização de ativos para gerar liquidez, e redução de passivo.

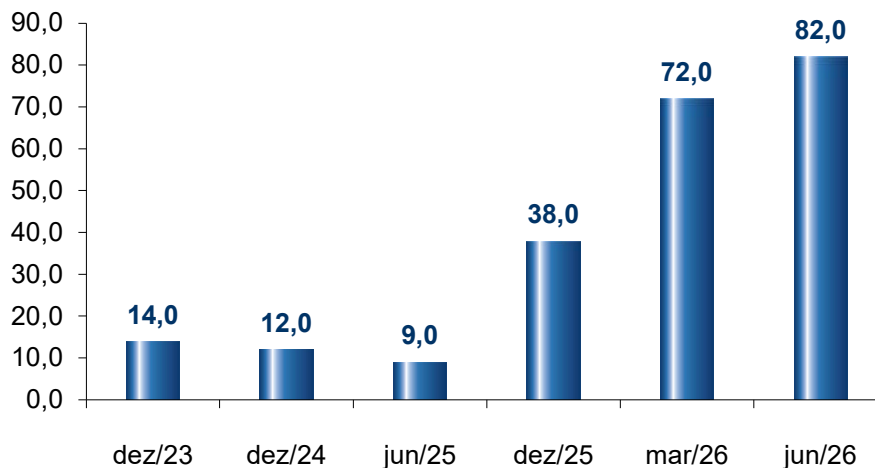
- **Gestão de Passivos e Provisões:** A provisão para contingências caiu R\$ 21,2 milhões frente a dezembro/25, encerrando em R\$ 234,4 milhões. A redução ocorreu devido a acordos de liquidação trabalhistas/cíveis e inclusão de débitos em parcelamentos tributários de longo prazo.

4. Pilares Estratégicos e Drivers de Futuro (ZPE Araraquara & Claims)

A administração sinaliza um horizonte focado em resolução patrimonial e reativação de valor:

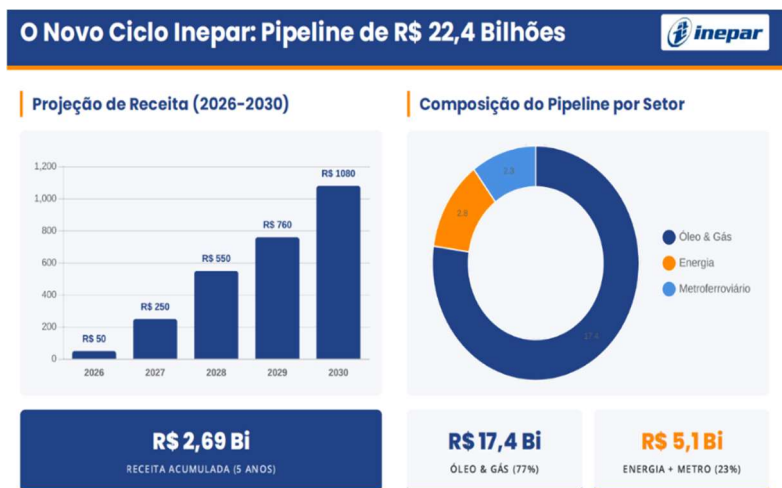
1. **Constituição da ZPE de Araraquara:** A aprovação da Zona de Processamento de Exportação na planta de Araraquara/SP visa atrair investimentos de escala internacional. O projeto âncora contempla a implantação de um **Data Center de 200 MW** (com energia já contratada junto à CPFL), capturando a demanda crescente por infraestrutura de tecnologia e energia no país.
2. **Equilíbrio de Balanço via Claims Judiciais:** Enquanto o balanço societário indica Patrimônio Líquido negativo de R\$ 1,8 bilhão devido à prudência do CPC 25, o **Balanço Gerencial** da companhia aponta um **PL Gerencial positivo de R\$ 100 milhões**. Isso ocorre ao considerar o potencial de realização dos créditos judiciais (*claims* operacionais e ativos do FIDC Taranis-NP), com expectativa de monetização estimada em **R\$ 2,51 bilhões** acumulados (considerando taxas de êxito prováveis/possíveis acima de 50%).
3. **Evolução da Carteira de Pedidos:** O volume de propostas com chances de êxito tem crescido sistematicamente, principalmente nos setores de Óleo e Gás e Energia, o que reforça a expectativa de formação de uma carteira consistente para o período de 2026 a 2030, com execução prevista ao longo dos próximos exercícios.

Saldo em Carteira em
milhões de R\$



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial
Comentário do Desempenho**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO**
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 JUNHO
DE 2026**5. Negócios em Desenvolvimento (Potencial R\$ Milhões)**

A Companhia tem como objetivo crescer alinhada com essa tendência que o mercado vem apresentando e entende que o atual momento econômico no mundo e no Brasil para os setores onde ela atua há mais de 60 anos apresenta grandes oportunidades.



Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 JUNHO
DE 2026****Desempenho acumulado do 1º e 2º ITR de 2026**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO							
<i>Valores consolidados (em milhares de reais)</i>							
Descrição	Acumulado			Variação do trimestre	2T25	Variação 2º ITR 26 x 2º ITR 25	
	2T26	1T26	AH%			Valor	AH%
Receita Operacional Bruta	4.611	3.465	33,1%	1.146	2.859	1.752	61,3%
Deduções e impostos sobre a venda	(793)	(603)	(31,5%)	(190)	(603)	(190)	(31,5%)
Receita Operacional Líquida	3.818	2.862	33,4%	956	2.256	1.562	69,2%
Custos dos produtos e serviços	(3.423)	(2.424)	(41,2%)	(999)	(3.815)	392	10,3%
Lucro Bruto	395	438	(9,8%)	(43)	(1.559)	1.954	125,3%
Receitas e Despesas Operacionais	(38.534)	(32.501)	(18,6%)	(6.033)	(262.114)	223.580	85,3%
Despesas com vendas	(1.156)	(544)	(112,5%)	(612)	(930)	(226)	(24,3%)
Perdas no recebimento de Crédito	(38)	(68)	44,1%	30	(39)	1	2,6%
Despesas Administrativas e gerais	(22.203)	(11.787)	(88,4%)	(10.416)	(37.656)	15.453	41,0%
Reversões/ (Provisões) de contingências	21.205	11.997	76,8%	9.208	(170)	21.375	12573,5%
Outras Receitas e Despesas	(34.495)	(30.498)	(13,1%)	(3.997)	(221.939)	187.444	84,5%
Resultado da Avaliação de investimentos	(1.847)	(1.601)	(15,4%)	(246)	(1.380)	(467)	(33,8%)
Resultado operacional	(38.139)	(32.063)	(19,0%)	(6.076)	(263.673)	225.534	85,5%
Despesas e Receitas Financeiras							
Despesas financeiras	(102.090)	(52.603)	(94,1%)	(49.487)	(104.816)	2.726	2,6%
Receitas financeiras	33.782	16.666	102,7%	17.116	18.442	15.340	83,2%
Resultado antes do imposto de renda e da contrib.social	(106.447)	(68.000)	(56,5%)	(38.447)	(350.047)	243.600	69,6%
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(173)	(90)	(92,2%)	(83)	-		
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	1.110	722	53,7%	388	776	334	43,0%
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	(105.510)	(67.368)	(56,6%)	(38.142)	(349.271)	243.761	69,8%

Análise do Resultado

Apresentamos, a seguir, as principais variações da Demonstração do Resultado - DRE, referentes ao período findo em 30 de junho de 2026, em comparação com o período findo em 30 de junho de 2025.

Resultado Operacional Bruto

No período encerrado em 30 de junho de 2026, a receita bruta dos serviços industriais totalizou R\$ 4.611 mil, representando crescimento de 61,3% em relação aos R\$ 2.859 mil registrados no mesmo período de 2025. Os impostos e deduções aumentaram

Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 JUNHO
DE 2026**

31,5%, enquanto os custos dos produtos e serviços apresentaram redução de 10,3%. Como resultado, o segmento registrou lucro bruto de R\$ 395 mil em 2026, revertendo o prejuízo bruto de R\$ 1.559 mil apurado em 2025.

Despesas Administrativas e Gerais

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS							
<i>Valores consolidados (em milhares de reais)</i>							
Descrição	Acumulado		Variação 2º ITR 26 x 1º ITR 26		Variação 2º ITR 26 x 2º ITR 25		
	2T26	1T26	AH%	Valor	2T25	Valor	AH%
Honorários dos Administradores	(723)	(494)	(46,4%)	(229)	(735)	12	1,6%
Salários, Encargos e Benefícios	(5.639)	(2.855)	(97,5%)	(2.784)	(6.081)	442	7,3%
Serviços Profissionais Pessoa Jurídica e Física	(10.783)	(5.591)	(92,9%)	(5.192)	(25.568)	14.785	57,8%
Condomínios	(719)	(559)	(28,6%)	(160)	(777)	58	7,5%
Depreciações e Amortizações Administrativas	(2.269)	(1.292)	(75,6%)	(977)	(2.745)	476	17,3%
Outras despesas	(2.070)	(996)	(107,8%)	(1.074)	(1.750)	(320)	(18,3%)
Total	(22.203)	(11.787)	(88,4%)	(10.416)	(37.656)	15.453	41,0%

As despesas administrativas e gerais totalizaram R\$ 22,2 milhões no acumulado do 2º ITR de 2026, apresentando uma redução de R\$ 15,4 milhões, ou 41%, em relação ao 2º ITR de 2025, quando totalizou o valor de R\$ 37,6 milhões.

Essa variação decorre, principalmente, da redução das despesas com serviços profissionais prestados por pessoas jurídicas e físicas, que diminuíram R\$ 14,8 milhões em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Destacamos, ainda, que, no mesmo período de 2025, a rubrica de serviços profissionais incluía valores não recorrentes referentes a honorários advocatícios de êxito relacionados aos acordos firmados com o Metrô-SP e com a Swiss-Re.

Em comparação com o 1º ITR de 2026, as despesas administrativas e gerais apresentaram um acréscimo de R\$ 10,4 milhões, equivalente a 88%, passando de R\$ 11,8 milhões para R\$ 22,2 milhões.

Outras Receitas e Despesas Líquidas

No acumulado do 2º ITR de 2026, a rubrica de Outras Receitas e Despesas apresentou resultado negativo de R\$ 34,5 milhões, comparado ao resultado negativo de R\$ 221,9

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial
Comentário do Desempenho**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO**
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 JUNHO
DE 2026

milhões no 2º ITR de 2025 e o resultado negativo de R\$ 30.4 milhões no 1º ITR de 2026, conforme detalhes a seguir:

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS							
Valores consolidados (em milhares de reais)							
Descrição	Acumulado		Movimentação no 2T26 Valor	Variação 2T26 x 1T26 AH%	Acumulado 6M25	Variação 6M26 x 6M25	
	6M26	1T26				Valor	AH%
Outras Despesas							
1) Despesas com processos tributários (a)	(23.069)	(21.778)	(1.291)	94%	(15.216)	(7.853)	(52%)
2) Despesas com FIDC Taranis (b)	(282)	(269)	(13)	95%	(10.072)	9.790	97%
3) Despesas com processos trabalhistas (c)	(10.031)	(9.544)	(487)	95%	(7.673)	(2.358)	(31%)
4) Outras despesas operacionais	(1.818)	(1.845)	27	n/a	(9.746)	7.928	81%
5) Custos e despesas com a venda do ativo CBD (d)	(12.962)	-	(12.962)	n/a	(389.715)	376.753	97%
6) Estorno dos claims contingentes (e)	-	-	-	-	(133.999)	133.999	100%
7) Despesas relativas a acordos judiciais (f)	(6.641)	-	(6.641)	n/a	(32.815)	26.174	80%
8) Estornos de dividendos a receber (g)	-	-	-	-	(14.796)	14.796	100%
Total	(54.803)	(33.436)	(21.367)	36%	(614.032)	559.229	91%
Outras Receitas							
9) Reversão de provisões diversas (h)	1.509	1.299	210	(84%)	37.602	(36.093)	(96%)
10) Receitas com aluguéis (i)	2.006	802	1.204	50%	1.837	169	9%
11) Outras receitas	1.793	837	956	14%	90	1.703	1892%
12) Receitas com a venda do ativo CBD (d)	15.000	-	15.000	n/a	352.564	(337.564)	(96%)
Total	20.308	2.938	17.370	491%	392.093	(371.785)	(95%)
Total líquido	(34.495)	(30.498)	(3.997)	87%	(221.939)	187.444	84%

a) **Processos Tributários:** As despesas tributárias referem-se ao registro de impostos objeto de parcelamentos, relacionados a processos judiciais que se encontravam em andamento e que, por decisão da Companhia, foram parcelados. Os valores que já estavam provisionados foram revertidos e estão refletidos na rubrica da DRE “Reversões/Provisões de Contingências”.

b) **FIDC Taranis:** Refere-se ao reconhecimento, no período, de despesas no montante de R\$ 282 mil, relativas a serviços prestados ao Fundo Taranis.

c) **Processos Trabalhistas:** Refere-se ao reconhecimento de despesas no montante de R\$ 10,0 milhões com processos trabalhistas nos quais a Companhia celebrou acordos para liquidação dos respectivos passivos. Os valores correspondentes já se encontravam provisionados, tendo sido registrada a respectiva reversão contábil no período, no montante de R\$ 10,4 milhões. Os efeitos dessas movimentações estão refletidos na rubrica da DRE “Reversões/Provisões de Contingências”.

d) **Custos e receitas decorrentes da alienação de ativos – CBD:** Os montantes de R\$ 12,9 milhões e R\$ 15,0 milhões, reconhecidos no 2º ITR de 2026, referem-se, respectivamente, ao custo contábil e ao valor da alienação da participação de 37,82%

Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 JUNHO
DE 2026**

no capital social da Companhia Brasileira de Diques – CBD, concluída em 7 de abril de 2026, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valor (R\$ mil)
Valor da alienação da participação de 37,82%	15.000
Baixa do ágio registrado no investimento	(11.693)
Baixa do valor contábil do investimento	(1.269)
Custo contábil da alienação	(12.962)

No 2º ITR de 2025, os montantes de R\$ 389.715 mil e R\$ 352.564 mil referiam-se, respectivamente, ao custo contábil e ao valor da alienação da participação no capital social do Estaleiro Inhaúma.

e) Estorno de Ativos Contingentes: refere-se à reversão de R\$ 133.999 mil relativos a *claims* judicializados, decorrente da reavaliação das expectativas de realização financeira desses ativos no curto prazo, contabilizado no 2º ITR de 2025.

f) Despesas relativas a acordos judiciais: O montante de R\$ 6.641 mil, registrado no 2º ITR de 2026, refere-se ao processo de cobrança nº 0059.074-21.2016.8.19.001, relacionado a aluguéis não pagos pela controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. O referido valor encontrava-se provisionado como contingência, tendo a respectiva provisão sido revertida na mesma data.

Por sua vez, o montante de R\$ 32.815 do 2º ITR de 2025 refere-se a honorários incidentes sobre acordos administrativos e judiciais, bem como à quitação de passivos vencidos com prestadores de serviços, caracterizando-se como eventos não recorrentes.

g) Impairment: Baixa contábil de R\$ 14.796 mil referente aos dividendos a receber da QGI Oil & Gas Inc., em razão da ausência de evidências quanto à sua recuperabilidade.

h) Reversão de provisões diversas: O montante de R\$ 37.602 mil no 2º ITR de 2025 refere-se a reversão de provisões contingências cíveis e trabalhistas.

Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 JUNHO
DE 2026****Receitas e Despesas Financeiras**

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS							
Valores consolidados (em milhares de reais)							
Descrição	Acumulado		Movimentação no 2T26 Valor	Variação 2T26 x 1T26 AH%	Acumulado 6M25	Variação 6M26 x 6M25	
	6M26	1T26				Valor	AH%
Despesas Financeiras							
1)Atualização das obrigações fiscais e tributárias	(32.076)	(25.753)	(6.323)	75%	(16.648)	(15.428)	(93%)
Descontos obtidos em parcelamentos tributários	-	-	-	-	9.231	(9.231)	(100%)
Saldo da conta	-	-	-	-	(7.417)	7.417	100%
2)Atualização de acordo trabalhistas	-	-	-	-	(3.592)	3.592	100%
3)Atualização de passivos financeiros(BNDES,Debêntures, outros)	(58.747)	(24.127)	(34.620)	(43%)	(88.142)	29.395	33%
4) Outras despesas financeiras	(11.267)	(2.723)	(8.544)	(214%)	(5.665)	(5.602)	(99%)
Total	(102.090)	(52.603)	(49.487)	6%	(104.816)	2.726	3%
Receitas Financeiras							
5) Atualização créditos fiscais	18.242	15.222	3.020	(80%)	-	18.242	n/a
6) Receitas sobre Claims	13.500	-	13.500	n/a	-	13.500	n/a
7) Outras receitas financeiras	2.040	1.444	596	(59%)	4.708	(2.668)	(57%)
8) Descontos obtidos	-	-	-	-	-	-	-
8) Atualização de depósitos judiciais SWISS-RE e Metro-SP	-	-	-	-	10.609	(10.609)	(100%)
9) Atualização do acordo do Metro-SP	-	-	-	-	3.125	(3.125)	(100%)
Total	33.782	16.666	17.116	3%	18.442	15.340	83%
Resultado financeiro líquido	(68.308)	(35.937)	(32.371)	10%	(86.374)	18.066	21%

Resultado Financeiro Líquido**Despesas Financeiras**

As despesas financeiras totalizaram, no consolidado, R\$ 102,1 milhões no acumulado do 2º ITR de 2026, representando aumento de R\$ 49,5 milhões em relação ao montante registrado no 1º ITR de 2026 e uma redução de R\$ 8,4 milhões em relação ao 2º ITR de 2025. Essa redução decorre, principalmente, da redução de passivos financeiros em comparação ao 2º ITR de 2025.

Receitas financeiras

As receitas financeiras totalizaram R\$ 33,8 milhões no acumulado do 2º ITR de 2026, valor superior aos R\$ 17,1 milhões registrados no 1º ITR de 2025 e também superior aos R\$ 18,4 milhões apurados no 2º ITR de 2025.

O principal destaque foi a atualização de créditos fiscais, no montante de R\$ 18,2 milhões, que compensou parcialmente o aumento das despesas financeiras do período.

Outro fator que impactou positivamente as receitas financeiras foi o reconhecimento do montante de R\$ 13,5 milhões, decorrente do Instrumento Particular de Cessão de

Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 JUNHO
DE 2026**

Crédito firmado em 8 de abril de 2026. Por meio desse instrumento, a controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. cedeu e transferiu ao Fundo Chimera os direitos creditórios relacionados à sua participação nas ações judiciais propostas pelos Consórcios Caraguatatuba (UTGCA) e QGIT contra a Petrobras, pelos valores e nas condições estabelecidos no referido instrumento.

De forma geral, o resultado financeiro do 2º trimestre de 2026 foi impactado, principalmente, pela atualização dos passivos tributários e financeiros, incluindo obrigações com o BNDES, debêntures e demais encargos contratuais, sendo parcialmente compensado pela atualização de créditos fiscais registrada no período.

Principais Variações nas contas Patrimoniais do 2º ITR de 2026**Caixa e equivalentes de caixa**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentou redução de R\$ 16.574 mil, passando de R\$ 17.320 mil em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 746 mil em 30 de junho de 2026.

Essa redução decorre, principalmente, dos pagamentos efetuados no período para liquidação de salários, férias, rescisões trabalhistas e passivos concursais relacionados ao Plano de Recuperação Judicial, refletindo a utilização dos recursos disponíveis para cumprimento das obrigações operacionais e compromissos assumidos pela Companhia.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes apresentou acréscimo de R\$ 3.230 mil, passando de R\$ 4.805 mil em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 8.035 mil em 30 de junho de 2026, representando aumento de aproximadamente 50% no período.

Essa variação decorre, principalmente, do registro de valores a receber relativos a reembolsos de despesas e cobranças antecipadas de aluguéis vinculados às áreas e instalações do imóvel de Araraquara, refletindo o aumento dos créditos a receber pela Companhia no 1º ITR de 2026.

Outros créditos

O saldo de outros créditos apresentou redução de R\$ 4.508 mil, passando de R\$ 37.029 mil em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 32.521 mil em 30 de junho de 2026, representando uma redução de aproximadamente 11,9% no período.

A variação decorre, principalmente, da devolução parcial de valores mantidos em garantia, constituídos no âmbito da negociação de alienação do Estaleiro Inhaúma, celebrada com a ICTSI.

Obrigações fiscais e tributárias, no longo prazo

O saldo de obrigações fiscais e tributárias classificadas no passivo não circulante apresentou acréscimo de R\$ 30.585 mil, passando de R\$ 296.211 mil em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 326.796 mil em 30 de junho de 2026.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial
Comentário do Desempenho**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO**
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 JUNHO
DE 2026

A variação decorre principalmente da atualização financeira dos passivos fiscais e tributários, bem como do reconhecimento de novos parcelamentos relacionados a processos e obrigações em andamento.

Partes relacionadas

O saldo de partes relacionadas apresentou acréscimo de R\$ 18.988 mil, passando de R\$ 79.798 mil em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 98.786 mil em 30 de junho 2026. A variação decorre, principalmente, das transações realizadas entre empresas do grupo no decorrer do semestre, bem como das respectivas atualizações e correções monetárias incidentes sobre os saldos existentes. Tais movimentações estão relacionadas às operações usuais mantidas entre as partes relacionadas, incluindo repasses, reembolsos, compartilhamento de despesas, mútuos e demais obrigações decorrentes da estrutura operacional e financeira do grupo.

Provisões para contingências

O saldo de provisões para contingências apresentou redução de R\$ 21.205 mil, passando de R\$ 255.643 mil em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 234.438 mil em 30 de junho de 2026.

A redução decorre, principalmente, da liquidação de processos trabalhistas, tributários e cíveis, mediante acordos celebrados entre as partes e ou decisões judiciais. Adicionalmente, houve reversão de contingências tributárias em razão da adesão da Companhia a parcelamentos fiscais, nos quais foram incluídos determinados processos que se encontravam em andamento.

A Companhia realiza, anualmente, por ocasião do fechamento do balanço, procedimentos de circularização junto aos seus advogados internos e externos, com o objetivo de atualizar a avaliação dos processos judiciais e administrativos em curso. Os ajustes contábeis são reconhecidos à medida que há alteração na situação processual, celebração de acordos, liquidação de obrigações ou mudança na expectativa de perda, conforme avaliação dos assessores jurídicos e critérios previstos nas práticas contábeis aplicáveis.

Balanço Patrimonial Gerencial

Apresentamos, a seguir, o Balanço Gerencial encerrado em 30 de junho de 2026. Esta demonstração tem caráter informativo e visa evidenciar o potencial de solvência da Companhia ao considerar ativos monetizáveis judicializados que, por força das normas contábeis vigentes, não estão refletidos no balanço societário.

Com o reconhecimento gerencial desses ativos, com base em expectativa de realização baseada em probabilidade de êxito superior a 50% (conforme detalhado em seção específica), o Patrimônio Líquido passaria do montante negativo de R\$ 1,8 bilhões para um saldo positivo de R\$ 100,0 milhões. Este indicador demonstra a robusta capacidade

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial
Comentário do Desempenho

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 JUNHO
DE 2026

de recuperação da Companhia por meio da monetização de seus créditos judiciais(claims).

	Consolidado em 30 de junho de 2026			Consolidado em 31 de dezembro de 2025		
(Em milhares de reais)	Balanco Patrimonial	Claims + FIDC	Balanco Patrimonial com inclusão dos Claims	Balanco Patrimonial	Claims + FIDC	Balanco Patrimonial com inclusão dos Claims
ATIVO						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	746	-	746	17.320	-	17.320
Contas a receber de clientes	8.035	-	8.035	4.805	-	4.805
Estoques	13.969	-	13.969	7.927	-	7.927
Tributos a recuperar	68.153	-	68.153	67.826	-	67.826
Outros créditos	32.521	-	32.521	37.029	-	37.029
Total do Ativo Circulante	123.424	-	123.424	134.907	-	134.907
Não Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	191	-	191	186	-	186
Títulos e valores mobiliários	-	960.000	960.000	-	769.000	769.000
Impostos a recuperar	-	255.008	255.008	-	237.113	237.113
Depósitos judiciais	19.108	-	19.108	19.374	-	19.374
Outros créditos	261	1.662.000	1.662.261	5	1.669.000	1.669.005
Investimentos	88.292	-	88.292	90.737	-	90.737
Imobilizado	110.691	-	110.691	113.686	-	113.686
Intangível	3	-	3	11.696	-	11.696
Total do Ativo Não Circulante	218.546	2.877.008	3.095.554	235.684	2.675.113	2.910.797
Total do Ativo	341.970	2.877.008	3.218.978	370.591	2.675.113	3.045.704

Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 JUNHO
DE 2026**

	Balanço Patrimonial	Claims + FIDC	Balanço Patrimonial com inclusão dos Claims	Balanço Patrimonial	Claims + FIDC	Balanço Patrimonial com inclusão dos Claims
PASSIVO						
Circulante						
Fornecedores	43.014	-	43.014	43.936		43.936
Instituições financeiras	340.856	-	340.856	324.494		324.494
Debêntures	19.410	-	19.410	18.591		18.591
Obrigações sociais e trabalhistas	107.881	-	107.881	105.445		105.445
Obrigações fiscais e tributárias	184.058	-	184.058	180.509		180.509
Dividendos propostos	3.317	-	3.317	3.317		3.317
Adiantamentos de clientes	3.225	-	3.225	3.231		3.231
Títulos a pagar	170.277	-	170.277	156.983		156.983
Outras contas a pagar	79.411	-	79.411	69.228		69.228
Total do Passivo Circulante	951.449	-	951.449	905.734	-	905.734
Não Circulante						
Instituições financeiras	189.276	-	189.276	195.277		195.277
Debêntures	299.183	-	299.183	290.390		290.390
Obrigações fiscais e tributárias	326.796	-	326.796	296.211		296.211
Partes relacionadas	98.786	-	98.786	79.798		79.798
Títulos a pagar	14.960	-	14.960	14.960		14.960
Tributos diferidos	-	971.949	971.949	-	903.743	903.743
Provisão de custos e encargos	13.017	-	13.017	12.565	-	12.565
Provisões para contingências	234.438	-	234.438	255.643		255.643
Provisão passivo a descoberto	15.886	-	15.886	15.549		15.549
Outras contas a pagar	2.742	-	2.742	2.743		2.743
Total do Passivo Não Circulante	1.195.084	971.949	2.167.033	1.163.136	903.743	2.066.879
Patrimônio Líquido						
Participação dos minoritários	(13.021)		(13.021)	(13.601)		(13.601)
Patrimônio líquido da controladora						
Capital social	672.562	-	672.562	576.172		576.172
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	-	(3.073)	(3.073)		(3.073)
Reserva de capital	184.417	-	184.417	184.417		184.417
Reserva de reavaliação	23.260	-	23.260	24.158		24.158
Debêntures perpétuas	290.563	-	290.563	386.953		386.953
Créditos quirografários a converter	364	-	364	364		364
Prejuízos acumulados	(3.795.126)	1.905.059	(1.890.067)	(3.689.380)	1.771.370	(1.918.010)
Ajuste de avaliação patrimonial	835.491	-	835.491	835.711		835.711
	(1.791.542)	1.905.059	113.517	(1.684.678)	1.771.370	86.692
Total do Patrimônio Líquido	(1.804.563)	1.905.059	100.496	(1.698.279)	1.771.370	73.091
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	341.970	2.877.008	3.218.978	370.591	2.675.113	3.045.704

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Gerenciais**Nota 01 – Ativos Contingentes (Pleitos com Clientes)**

Em estrita observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, especialmente ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não reconhece em suas demonstrações financeiras societárias ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos não seja praticamente certa. Tal restrição normativa, fundamentada no princípio da prudência, limita a representação imediata de ativos que ainda dependem de desfechos judiciais quanto ao seu valor, prazo e liquidez.

Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 JUNHO
DE 2026**

CLAIMS FORA DA CARTEIRA DO FIDC TARANIS - 30/06/2026			
DESCRIÇÃO	VALOR DAS AÇÕES em R\$ milhões	PREVISÃO DE RECEBIMENTO em R\$ milhões	% DE SUCESSO
Valor histórico dos claims	458		
Valor atualizado dos claims	3.141		
Provável recebimento	1.654	1.126	68%
Possível recebimento	966	536	55%
Remoto recebimento	521	146	28%
TOTAL	3.141	1.808	58%

A classificação de risco dos processos judiciais em **provável, possível ou remota** é fundamentada em relatórios mensais elaborados pelos assessores jurídicos externos (patronos das causas). A mensuração dos valores atribuídos aos pleitos considera, em outros fatores, tanto no histórico de êxito da Companhia em pleitos análogos quanto na análise técnica da probabilidade de celebração de acordos administrativos e judiciais.

Considerando-se exclusivamente os montantes classificados com êxitos estimados como **provável e possível**, a Companhia estima uma realização financeira potencial de **R\$ 1,6 bilhão**, o que representa um índice de recuperação de 63% sobre o valor nominal dos pleitos.

Nota 02 – Ativos Contingentes (Pleitos com Clientes do FIDC TARANIS)

Na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários, encontram-se registrados os ativos aportados no **FIDC Taranis-NP**, representados por créditos decorrentes de aditivos contratuais em discussão nas esferas judicial e administrativa. O estágio processual de tais ativos abrange desde fases periciais até decisões de primeira e segunda instâncias.

O FIDC Taranis é estruturado sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definido pela regulamentação da CVM.

A expectativa de monetização projetada pela Administração é de **R\$ 960 milhões** ao longo dos próximos exercícios, representando um índice estimado de recuperação de 59%, patamar condizente com os padrões históricos da Companhia, acima de 60%.

Comentário do Desempenho**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial****CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 JUNHO
DE 2026**

FIDC TARANIS - CLAIMS - 30/06/2026			
DESCRIÇÃO	VALOR DAS AÇÕES em R\$ milhões	PREVISÃO DE RECEBIMENTO em R\$ milhões	% DE SUCESSO
Valor histórico dos claims	225		
Valor quando da constituição	880		
Valor atualizado dos claims	1.635		
Provável recebimento	898	686	76%
Possível recebimento	521	274	53%
Remoto recebimento	217	0	0%
TOTAL	1.636	960	59%

Auditoria Independente

Em atendimento às disposições da Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a INEPAR informa que, no período de 30 de junho de 2026, a PP&C Auditores Independentes S/S não prestou qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras. A Companhia adota como política corporativa a estrita observância às regulamentações que definem as restrições de serviços e a independência dos auditores externos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foram revisadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (**IFRS**), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ressalta-se que as informações de natureza não financeira, bem como os dados operacionais e gerenciais, não foram objeto de auditoria ou revisão por parte dos auditores independentes.

Declaração da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às normas da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e aprovou as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 30 de junho de 2026. Com relação às opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, a Administração informa que compreende os critérios técnicos utilizados para a emissão do parecer.

Em consonância com as orientações de nossos auditores e pautada pelo compromisso com a transparência, a Administração apresenta informações complementares em notas explicativas e técnicas. Esses dados fundamentam o Balanço Gerencial ora apresentado, o qual visa demonstrar a situação patrimonial prospectiva da Companhia, considerando eventos factuais e créditos em fase de realização.

DIRETORIA EXECUTIVA:

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial
Comentário do Desempenho

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 JUNHO
DE 2026

Antonio Augusto Pires Junior – Diretor-Presidente

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Inepar S.A. Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 76.627.504/0001-06 e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 41 3 0029559-0. Está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, a fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados à geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; à exploração e ao beneficiamento de petróleo e gás; à infraestrutura para movimentação de cargas; ao transporte ferroviário e metroviário; à implantação e à expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; e a participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as empresas das Organizações Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus principais ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas das Organizações Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento, estamos buscando parcerias importantes nas áreas de manutenção de equipamentos de transporte ferroviário, entre outros.

Embora a Companhia e suas controladas, apresentem o prejuízo de R\$ 105.510 mil durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 (349.271 mil em 30 de junho de 2025) e passivo circulante superior a R\$ 644.004 mil na controlada e R\$ 828.025 mil no consolidado (R\$ 612.775 mil e 770.827 mil respectivamente em 31 de dezembro de 2025), a Companhia continua empenhada em recompor sua carteira de pedidos, com o objetivo de gerar novos empregos, equilibrar seu fluxo de caixa e encerrar o processo de recuperação judicial no menor prazo possível. Para tanto, mantém a busca contínua por novos clientes, novos mercados e parceiros estratégicos.

O volume de propostas com chances de êxito vem crescendo sistematicamente, especialmente nos setores de Óleo & Gás e Energia, o que reforça a expectativa de formação de uma carteira consistente para o período de 2026 a 2030, com execução prevista para os próximos anos.

Nota 1.1 Processo Global da Reestruturação e Recuperação Judicial

Em 29/08/2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções ajuizou em conjunto com as demais empresas das Organizações Inepar pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura e Investimentos S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.
- Venda da participação acionária no Fundo Inhaúma.

Em 21/05/2018, foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

- 1-Parcela da UPI IPM, que compreende apenas ativos relativos à unidade de produção de hidrogeração.
- 2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item relevante a ser destacado refere-se às emissões das debêntures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas com base nos lucros, sem qualquer deságio sobre o valor de face das dívidas novadas e estruturadas com elementos alinhados às melhores práticas de governança corporativa.

Destaca-se, ainda, a constituição do FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), mediante a integralização de ativos atualmente em fase final de negociação dos créditos. Esses créditos serão utilizados, prioritariamente, para a liquidação de passivos junto a instituições financeiras e demais credores.

Além dos créditos em discussão já integralizados no FIDC Taranis, a Companhia detém um volume expressivo de outros créditos da mesma natureza, que igualmente serão destinados à liquidação das dívidas concursais e extraconcursais.

As Organizações Inepar/Iesa têm demonstrado uma excelente performance na monetização desses ativos (claims) ao longo de sua história, e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a aproximadamente R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano nos últimos três anos.

Em 07/11/2022, a Companhia, cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que possibilita, a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL (Valores Exigíveis)				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$)
Classe I	-	R\$ 34,1	R\$ 34,1	R\$ 180,1
Classe II		Em discussão BNDES	-	R\$ 315,0
Classe III	-	-	-	R\$ 1.753,6
Classe IV	-	R\$ 13,6	R\$ 13,6	R\$ 31,1
TOTAL	-	R\$ 47,7	R\$ 47,7	R\$ 2.279,8

A Companhia continua empenhada em recompor sua carteira de pedidos, com o objetivo de gerar novos empregos, equilibrar seu fluxo de caixa e encerrar o processo de recuperação judicial no menor prazo possível. Para tanto, mantém a busca contínua por novos clientes, novos mercados e parceiros estratégicos.

O volume de propostas com chances de êxito vem crescendo sistematicamente, especialmente nos setores de Óleo & Gás e Energia, o que reforça a expectativa de formação de uma carteira consistente para o período de 2026 a 2030, com execução prevista para os próximos anos.

Nota 2- Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de agosto de 2026.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente, "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nota 3– Políticas Contábeis Materiais**3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A. Indústria e Construções e de suas controladas, apresentadas a seguir:

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	45,03	0,01
CBD - Administração e Participações S.A (Antiga Enisa - Energia)	99,99	99,99

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensações entre Contas

Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, nem receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

3.4. Conversões em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento, e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

3.7. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para “*impairment*” foi constituída com base na expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

3.8. Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, da mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, deduzidas as despesas variáveis de vendas.

3.9. Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10. Imobilizado

A Companhia, com o objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e as perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizados e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”. Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O IRPJ e a CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante, decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 CPC06(R2) / IFRS16 – Operações de Arrendamento Mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1) / IAS17-Operações de Arrendamento Mercantil

A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear, ao longo do prazo do arrendamento.

3.18. Participações nos Lucros e Resultados

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas

A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços forem transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato, em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

3.21. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL;
- e) passivos contingentes, que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e
- f) mensurada em conjunto com a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos a arrendatários em contratos de arrendamento.
- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 09 (R1) – Demonstração do valor adicionado (DVA)
- CPC 02/IAS 21 Ausência de conversibilidade;

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- CPC 40 e 48 / IFRS 7 e 9 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11;
- IFRS 19 – Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures;
- CPC 51 / IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, correspondente à IFRS 18, foi aprovado pelo CPC em 10 de outubro de 2025, divulgado em 7 de janeiro de 2026 e aprovado pela CVM por meio da Resolução CVM nº 237, de 23 de dezembro de 2025.

Esse pronunciamento substituirá o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A nova norma será aplicável aos exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 e introduz alterações relacionadas, principalmente, à apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, com destaque para a estrutura da demonstração do resultado, os critérios de agregação e desagregação de informações e as divulgações relativas a medidas de desempenho definidas pela administração, quando aplicáveis.

Até a data de autorização destas demonstrações financeiras, o Grupo não concluiu a avaliação completa dos impactos decorrentes da adoção inicial do CPC 51. Com base na avaliação preliminar realizada até o momento, a Administração entende que os principais efeitos esperados estarão relacionados à apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. A Administração da Companhia avalia constantemente os impactos práticos que tais normas, interpretações e alterações possam ter sobre suas demonstrações financeiras, na medida em que esses normativos sejam regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Reforma Tributária

A Emenda Constitucional nº 132/2023 alterou o Sistema Tributário Nacional, instituindo as bases para a Reforma Tributária sobre o consumo, com a substituição gradual de tributos atuais por um modelo de IVA dual, composto pela CBS, de competência federal, e pelo IBS, de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. A Lei Complementar nº 214/2025 regulamentou inicialmente a matéria, instituindo o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo, bem como regras gerais, regimes específicos e o período de transição.

A Companhia acompanha a evolução da regulamentação e avalia os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre suas operações, sistemas fiscais, obrigações acessórias, formação de preços e fluxo de caixa.

Nota 4 - Instrumentos Financeiros

CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado e o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes, entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. Após a avaliação, a Companhia não identificou impactos em relação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais - A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e por suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e é paga na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de crédito. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificação, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial. Para reduzir esse risco, a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade

Exposição Cambial-Consolidado

A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia. Conforme determinado pela CVM, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31/12/2025 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31/12/2025 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	-	-	-	Fornecedores	19.405	19.405
Aplicações financeiras	37	-	37	Empréstimos e financ.	311.782	311.782
Contas a receber	-	358	358	Debêntures	18.591	18.591
				Dividendos propostos	3.317	3.317
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Títulos a pagar	156.983	156.983
Outros créditos	-	371	371	Outras contas a pagar	51.233	51.233
Total circulante	37	729	766	Total circulante	561.311	561.311
Não circulante				Não circulante		
Aplicações financeiras	28	-	28	Empréstimos e financ.	195.277	195.277
Títulos a receber	-	-	-	Debêntures	290.390	290.390
Outros créditos	-	-	-	Partes relacionadas	105.388	105.388
				Outras contas a pagar	1.234	1.234
Total não circulante	28	-	28	Total não circulante	592.289	592.289
TOTAL GERAL	65	729	794	TOTAL GERAL	1.153.600	1.153.600

Ativos financeiros em 30/06/2026 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 30/06/2026 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	6	-	6	Fornecedores	18.309	18.309
Aplicações financeiras	76	-	76	Empréstimos e financ.	328.034	328.034
Contas a receber	-	465	465	Debêntures	19.410	19.410
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Dividendos propostos	3.317	3.317
Outros créditos	-	363	363	Títulos a pagar	170.277	170.277
				Outras contas a pagar	52.542	52.542
Total circulante	82	828	910	Total circulante	591.889	591.889
Não circulante				Não circulante		
Aplicações financeiras	28	-	28	Empréstimos e financ.	189.276	189.276
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Debêntures	299.183	299.183
				Partes relacionadas	95.887	95.887
				Outras contas a pagar	1.178	1.178
Total não circulante	28	-	28	Total não circulante	585.524	585.524

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros 31/12/2025 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros 31/12/2025 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Caixa e bancos	116	-	116	Fornecedores	43.936	43.936
Aplicações financeiras	17.204	-	17.204	Empréstimos e financiam.	324.494	324.494
Contas a receber	-	4.805	4.805	Debêntures	18.591	18.591
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Dividendos propostos	3.317	3.317
Outros créditos	-	37.029	37.029	Títulos a pagar	156.983	156.983
				Outras contas a pagar	69.228	69.228
Total circulante	17.320	41.834	59.154	Total circulante	616.549	616.549
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Aplicações financeiras	186	-	186	Empréstimos e financiam.	195.277	195.277
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Debêntures	290.390	290.390
Outros créditos	-	-	-	Partes relacionadas	79.798	79.798
				Títulos a pagar	14.960	14.960
				Outras contas a pagar	2.743	2.743
Total não circulante	186	-	186	Total não circulante	583.168	583.168
TOTAL GERAL	17.506	41.834	59.340	TOTAL GERAL	1.199.717	1.199.717

Ativos financeiros em 30/06/2026 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 30/06/2026 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Caixa e bancos	81	-	81	Fornecedores	43.014	43.014
Aplicações financeiras	665	-	665	Empréstimos e financiam.	340.856	340.856
Contas a receber	-	8.035	8.035	Debêntures	19.410	19.410
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Dividendos propostos	3.317	3.317
Outros créditos	-	32.521	32.521	Títulos a pagar	170.277	170.277
				Outras contas a pagar	79.411	79.411
Total circulante	746	40.556	41.302	Total circulante	656.285	656.285
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Aplicações financeiras	191	-	191	Empréstimos e financiam.	189.276	189.276
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Debêntures	299.183	299.183
Outros créditos	-	-	-	Partes relacionadas	98.786	98.786
				Títulos a pagar	14.960	14.960
				Outras contas a pagar	2.742	2.742
Total não circulante	191	-	191	Total não circulante	604.947	604.947

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas; todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 5 - Caixa e Equivalentes e Caixa

Circulante	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Bancos conta movimento	6	6	81	86
Aplicação financeira	104	59	856	17.420
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	110	65	937	17.506
Circulante	82	37	746	17.320
Não circulante	28	28	191	186

A partir do 2º trimestre de 2025, as aplicações financeiras referentes a valores bloqueados em contas, em decorrência de processos trabalhistas, foram reclassificadas para o não circulante. Dessa forma, tais aplicações, no montante de R\$ 28 na controladora e R\$ 191 no consolidado, não apresentam liquidez imediata, permanecendo remuneradas pelos índices da poupança. Os departamentos Jurídico e Financeiro encontram-se empenhados em regularizar os referidos bloqueios, com o objetivo de viabilizar o resgate dos valores retidos.

As demais aplicações financeiras, no montante de R\$ 665 em 30 de junho de 2026 no consolidado, classificadas no circulante, pertencem às empresas controladas e são remuneradas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são oriundas de recebimentos de operações operacionais e não operacionais.

Nossas aplicações e movimentações financeiras são efetuadas em instituições de credibilidade comprovada e sem riscos de insolvência. Ressalta-se que não mantemos transações com o Banco Master.

A redução do saldo de R\$ 17.320, em 31 de dezembro de 2025, para R\$ 746, em 30 de junho de 2026, refere-se aos pagamentos efetuados para liquidação de salários, férias, rescisões e passivos concursais, relacionados ao plano de recuperação judicial.

Nota 6 - Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Clientes interno (a)	6.343	6.237	76.435	73.515
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(5.878)	(5.879)	(68.400)	(68.710)
	465	358	8.035	4.805

- a) O acréscimo de R\$ 3,2 milhões em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2025, que passou para R\$ 8.035 em 30 de junho de 2026, refere-se, principalmente, à cobrança de reembolsos de despesas e de aluguéis das áreas das instalações do imóvel de Araraquara.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 7 – Estoques (Consolidado)

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Produtos em elaboração	11.108	5.871
Insumos e materiais	2.379	1.868
Adiantamentos a fornecedores	482	188
	13.969	7.927

A variação ocorrida na rubrica de Produtos em Elaboração decorre da apropriação de custos incorridos em projetos em andamento, para os quais ainda não houve emissão das respectivas faturas ou reconhecimento de receita, conforme os critérios estabelecidos no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Esses custos permanecem registrados no ativo até que sejam reconhecidas as receitas correspondentes, momento em que são transferidos ao resultado, em consonância com o CPC 16 – Estoques, na medida em que representam bens ou serviços em processo de execução.

Nota 8 - Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições a compensar (a)	1	-	64.631	56.700
ICMS a recuperar	-	-	671	640
IPI a recuperar	756	756	968	961
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	-	630	642
Demais créditos (b)	-	-	1.253	8.883
	757	756	68.153	67.826

- a) Os valores apresentados no consolidado referem-se, principalmente, à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Esses valores vêm sendo utilizados, por meio de PER/DCOMP, para a liquidação de impostos correntes.

A Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 5003183-91.2026.4.03.6100, em trâmite perante a 19ª Vara Cível Federal de São Paulo, visando à suspensão da exigibilidade das parcelas relacionadas à Transação Tributária Individual formalizada junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, até a conclusão da análise, apropriação e alocação dos créditos tributários reconhecidos no processo nº 0025867-79.2007.4.02.5101 e habilitados no procedimento administrativo nº 13032.875479/2024-91, ou até o julgamento final do referido processo.

Adicionalmente, em 30 de abril de 2026, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 5014035-77.2026.4.03.6100, em trâmite perante a 26ª Vara Federal de São Paulo, com o objetivo de determinar à Receita Federal do Brasil a conclusão da análise e a consequente homologação do valor dos referidos créditos tributários, com posterior encaminhamento à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para sua utilização no âmbito da Transação Tributária Individual em andamento.

A variação dos saldos observada em relação ao período encerrado em dezembro de 2025 decorre da atualização financeira.

Portanto, os créditos referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS não devem ser considerados como receitas tributáveis, conforme decisão do STF proferida no Recurso Extraordinário nº 574.706/PR (Tema 69).

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Corresponde, em sua maior parte, a créditos do Programa REINTEGRA e a pedidos administrativos de restituição de contribuições previdenciárias (INSS) recolhidas indevidamente à Receita Federal do Brasil. A redução do saldo decorre da utilização desses créditos para a quitação de débitos fiscais.

Nota 9 - Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamento a Empregados	363	371	849	769
Outros créditos (a)	-	-	31.933	36.265
Total	363	371	32.782	37.034
Circulante	363	371	32.521	37.029
Não circulante	-	-	261	5

- a) A rubrica de **Outros Créditos** refere-se, principalmente, ao saldo da garantia constituída durante a negociação da alienação do Estaleiro Inhaúma, celebrada com a ICTSI, no montante original de R\$ 57,7 milhões, com vigência de cinco anos, destinada à liquidação de ações trabalhistas, com o objetivo de mitigar riscos e responsabilidades da ICTSI.

Do montante original de R\$ 57,7 milhões, permanecia, em 30 de junho de 2026, saldo de R\$ 31,2 milhões, correspondente ao valor ainda vinculado à finalidade da referida garantia.

O valor garantido vem sendo restituído à medida que os respectivos processos trabalhistas são liquidados pela Inepar.

A Companhia vem mantendo contato com os responsáveis pelos processos trabalhistas, com o objetivo de viabilizar a celebração de acordos e a consequente utilização dos recursos depositados na conta escrow para liquidação das respectivas obrigações.

Nota 10 – Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Participação em controladas/coligadas (a)	793.929	779.215	44.578	47.240
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	43.714	43.497
	793.929	779.215	88.292	90.737

a) Participações em Controladas e Coligadas

Controladora

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Participações em empresas controladas/coligadas - Controladora

							Resultado
				Patrimônio	% de	Valor do	Equivalência
Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Líquido	Participação	Investimento	31/12/2025
Em 31 de dezembro de 2025							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(	229.979	1.261.577	(231.305)	(1.031.600)	100,00%	-	(231.305)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	184.289	12.216	51	172.073	99,99%	172.055	51
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	330.045	86.855	(6.757)	243.190	100,00%	243.190	(6.757)
Innovida Participações S.A.	18.709	28.203	(34)	(9.494)	100,00%	-	(34)
CBD Adm e Participações S.A. (ii)	363.751	261	(39.217)	363.490	99,99%	363.490	(38.771)
Enisa Inovação e Infraestrutura	17.096	2.515	(934)	14.581	0,01%	-	(1)
Fidc Tarânis (iv)	619.118	10.262	-	608.856	100,00%	480	-
						779.215	(276.817)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
				Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
Em 30 de junho de 2026							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(	222.550	1.297.176	(43.486)	1.074.626	100,00%	-	(43.486)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	184.850	12.403	375	172.447	99,99%	172.429	375
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	324.804	83.857	(2.243)	240.947	100,00%	240.947	(2.243)
Innovida Participações S.A.	18.710	28.206	(2)	(9.496)	100,00%	-	(2)
CBD Adm e Participações S.A. (ii)	365.462	315	1.429	365.147	99,99%	365.147	1.429
Enisa Inovação e Infraestrutura	30.774	1.256	(63)	29.518	0,01%	14.926	(76)
Fidc Tarânis (iv)	647.179	10.544	-	635.636	100,00%	480	-
						793.929	(44.003)

Consolidado

Consolidado							Resultado
				Patrimônio	% de	Valor do	Equivalência
Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Líquido	Participação	Investimento	31/12/2025
Em 31 de dezembro de 2025							
QUIP S.A.	75.875	95.471	(19.596)	(88.165)	13,25%	-	(2.596)
QGI INC	103.184	85.393	17.595	13.095	20,00%	-	-
QGI BRASIL	155.446	4.102	110	151.344	19,53%	29.558	22
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	(1.163)	(54)	(1.165)	35,00%	-	(19)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	43.497	-
FIDC Tarânis (iv)	619.118	10.262	-	608.856	100,00%	1.080	-
INNOVIDA PARTICIPAÇÕES S A	18.710	28.203	(34)	(9.494)	100,00%	14.257	-
CBD ADM E PARTICIPAÇÕES S.A.	363.751	261	(38.772)	363.490	99,9998%	2.345	(2.382)
						90.737	(4.975)

				Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
30/06/2026							
Em 30 de junho de 2026							
QUIP S.A.	77.588	184.797	3.255	(107.209)	13,25%	-	431
QGI BRASIL	154.931	3.308	794	151.623	19,53%	29.457	101
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	(1.219)	30	1.219	35,00%	-	11
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	43.497	-
FIDC Tarânis (iv)	647.179	10.544	-	635.636	100,00%	1.080	-
INNOVIDA PARTICIPAÇÕES S A	18.710	28.206	(2)	(9.496)	100,00%	14.257	-
CBD ADM E PARTICIPAÇÕES S.A.	365.462	315	1.429	365.147	99,9998%	1	1.304
						88.292	1.847

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.: A Companhia controladora efetuou uma capitalização em 2003, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercado, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003, e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07 de abril de 2003. A consolidação das demonstrações financeiras é integralmente considerada na controladora, haja vista que indiretamente ela possui 100% de participação no capital da investida.

(ii) CBD Administração Participações S.A

Em 25 de julho de 2024, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Enisa - Energia e Infraestrutura S/A para CBD Administração e Participações S/A, preparando assim esta empresa para receber os investimentos relacionados ao Estaleiro, CBD-Diques.

Em 30 de agosto de 2024, foi assinado o contrato de compromisso de compra e venda do imóvel do Estaleiro localizado no Rio de Janeiro, entre a CBD Diques e Inhaúma Fundo de Investimentos Imobiliário - FII.

Em 13 de setembro de 2024, através da Ata da 2ª AGE, emitida pela CBD – Administração e Participação S/A, o aumento de capital foi efetuado pela Inepar S/A Indústria e Construções, no valor de R\$ 400,9 milhões, representado pela transferência da participação da Companhia no capital da Companhia Brasileira de Diques.

Em 23 de setembro de 2024, através da AGE, da CBD – Diques, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 34,0 milhões. O capital social subscrito e integralizado da CBD-Diques passou para R\$ 116,9 milhões.

Em 24 de setembro de 2024, através da AGE, da CBD – Diques, foi aprovada a redução de capital no montante de R\$ 85,0 milhões, por julgar excessivo, sendo restituído aos acionistas na proporção de sua respectiva participação. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, passou a ser de R\$ 31,9 milhões.

Em 25 de setembro de 2024, a Companhia veiculou comunicado ao mercado informando que a sua coligada Companhia Brasileira de Diques (CBD) havia protocolado consulta junto ao CADE sobre a viabilidade de venda de parte de participação no seu capital social.

Em 30 de setembro de 2024, através da AGE, do Inhaúma Fundo de Investimentos Imobiliário, foi constituída uma classe única de cotas.

Em 18 de outubro de 2024, através da AGE da CBD – Diques, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio da Companhia, permanecendo na Companhia, após a efetivação da cisão o capital de R\$ 5,7 milhões, sendo que o saldo remanescente de R\$ 26,1 milhões, foi vertidos e incorporados ao patrimônio das seguintes empresas: R\$ 9,9 milhões à CBD – Administração e Participações S/A, representados por 4.134 cotas do Fundo Inhaúma, e o montante de R\$ 26,2 milhões, representado por 6.799 cotas do Fundo Inhaúma ao Banco Fator.

Os valores correspondentes a 37,82% do patrimônio da CBD – Diques e às 4.134 cotas do Fundo Inhaúma foram contabilizados na conta de investimentos da Controlada integral da Inepar S/A, a CBD – Administração e Participações S/A.

Em 01 de novembro de 2024, foi celebrado o Contrato de Locação do imóvel Estaleiro Inhaúma entre o Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliário – FII e o Grupo ICTSI, sujeito a determinadas condições suspensivas, para o exercício no local das atividades comerciais da Locatária.

Em 30 de junho de 2026, CBD-Administração e Participações S/A apresentava os seguintes saldos no seu balanço patrimonial:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valores em milhares:

	30/06/2026	31/12/2025
ATIVO		
Circulante	32.168	36.698
Não Circulante		
Partes relacionadas	333.294	313.016
Investimentos	-	2.344
Intangível	-	11.693
Total do Ativo	365.462	363.751
PASSIVO		
Circulante	315	261
Patrimônio Líquido		
Capital social	401.059	401.059
Capital social a integralizar	(90)	(90)
Prejuízos acumulados	(35.822)	(39.217)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.738
Total do Passivo	365.462	363.751

Os valores dos Investimentos e do Intangível referem-se à participação na CBD-Diques e no Fundo de Investimentos Imobiliário Inhaúma.

	30/06/2026	31/12/2025
Descrição		
Companhia Brasileira de Diques S/A(b)	-	2.344
Ágio s/investimentos Companhia Brasileira de Diques S/A	-	11.693
	-	14.037

a) Conforme Fato Relevante divulgado em 22 de abril de 2025, a controlada CBD Administração e Participações S.A. alienou sua participação no Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliário – FII, correspondente a 37,812% de seu patrimônio líquido, pelo valor de R\$ 359.653.172,44 (trezentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos). A liquidação ocorreu no mercado de balcão organizado, operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) em 17 de abril de 2025.

Adicionalmente, foi esclarecido que o Estaleiro Inhaúma é composto por três imóveis distintos, sendo que apenas um deles, de propriedade do referido Fundo de Investimentos Imobiliário, foi objeto da alienação. Os demais imóveis permanecem sob titularidade da CBD-Diques.

A alienação foi inicialmente acordada no montante de R\$ 359,6 milhões, conforme mencionado no referido fato relevante. Entretanto, o valor final da operação foi ajustado para R\$ 348,0 milhões, em razão do cumprimento de condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda, destacando-se a dedução do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), das taxas de Laudêmio, bem como de outras obrigações contratuais. Adicionalmente, foi registrada a valorização das cotas do referido fundo, no valor de R\$ 4.490, perfazendo o total da alienação em R\$ 352,5 milhões.

Após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no contrato, a operação foi concluída em 17 de abril de 2025, ocasião em que a Companhia recebeu os saldos líquidos dos recursos decorrentes da alienação.

Na nota explicativa 29 apresentamos o resultado dessa alienação.

Os recursos obtidos com a alienação da participação nas cotas do Fundo Inhaúma foram destinados à liquidação de dívidas trabalhistas, tributárias, financeiras e com prestadores de serviços.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Em 7 de abril de 2026, conforme contrato de compra e venda de ações, foi concluída a operação de venda da totalidade de participação indireta de 37,812% no capital social da COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES ("CBD") para Camila de Assunção Appel, em conformidade com o previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia. A transação ocorreu por meio da venda integral da participação detida pela controlada CBD – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. no capital da CBD, pelo valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato.

A operação foi divulgada ao mercado, por meio do Fato Relevante publicado em 05 de maio de 2026.

O resultado da alienação da participação de 37,82% no capital social da Companhia Brasileira de Diques - CBD está demonstrado a seguir:

Descrição	Valor (R\$ mil)
Valor da alienação da participação de 37,82%	15.000
Baixa do ágio registrado no investimento	(11.693)
Baixa do valor contábil do investimento	(1.269)
Custo contábil da alienação	(12.962)
Ganho na alienação reconhecida no DRE	2.038
Baixa do Ajuste de Avaliação Patrimonial, registrada diretamente em Prejuízos acumulados	1.966
Resultado contábil total da alienação da participação	4.004

O ganho reconhecido na Demonstração do Resultado do Exercício foi de R\$ 2.038 mil. Adicionalmente, em decorrência da baixa do Ajuste de Avaliação Patrimonial relacionado ao investimento alienado, foi efetuada reclassificação no patrimônio líquido, no montante de R\$ 1.966 mil, diretamente em Prejuízos Acumulados. Dessa forma, o efeito contábil total da alienação corresponde a R\$ 4.004 mil.

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda.: Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004, por meio da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

(iv) O Fundo Taranis: Em abril de 2019, as Organizações Inepar regularizaram o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios), entende que há previsibilidade de que o FIDC possa gerar ganhos que, mensurados a valor presente, chegam a R\$ 619 milhões, valor este correspondente às cotas subordinadas apresentadas no fundo.

Observações:

O Fundo Taranis foi constituído sob forma de condomínio fechado e é destinado a investidores qualificados e/ou profissionais. Em 31/12/2025, a carteira do Fundo está composta substancialmente por direitos creditórios, adquiridos com aquisição substancial de riscos e benefícios representando 101,43% do patrimônio líquido do Fundo, oriundos de ações judiciais no Brasil, movidas pela Inepar S/A e demais empresas do Grupo.

Os valores das cotas do Fundo Taranis – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, não estão contabilizados nas empresas, tendo em vista tratar-se de Claims, cujos processos aportados no Fundo, ainda não tiveram uma decisão definitiva e que com base nas políticas contábeis não devem ser reconhecidos, em atendimento ao disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no que se refere ao momento do reconhecimento dos Ativos Contingentes.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém registradas obrigações junto ao Fundo Taranis no montante de R\$ 10.544 em 30 de junho de 2026 e de R\$ 10.262 em 31 de dezembro de 2025. As despesas relacionadas ao Fundo, estão registradas em provisão para perdas, conforme apresentado na Nota 17.

A Inepar apresenta, no Relatório da Administração/Comentários de Desempenho, os valores dessa operação do Fundo, objetivando a transparência nas informações divulgadas à Companhia.

b) Propriedade para Investimentos:

A propriedade para investimento está representada por um imóvel localizado na Rodovia BR-116 (Rio–Teresópolis), bairro Iriri, município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. – Em Recuperação Judicial.

O referido imóvel encontra-se locado, sendo os valores de aluguel recebidos repassados aos credores bancários Polo Recuperação de Créditos e Petros Fundo de Investimentos.

O imóvel foi oferecido em dação em pagamento para liquidação integral da dívida junto aos referidos credores.

Entretanto, a efetiva liquidação da obrigação está sendo discutida judicialmente entre as partes, motivo pelo qual o ativo permanece registrado na Companhia até a conclusão definitiva do litígio.

Conforme as orientações previstas no CPC 28 – Propriedade para Investimento, o bem é classificado no Ativo Não Circulante, dentro do subgrupo de Investimentos, por ser mantido com o objetivo de obtenção de renda (aluguéis) e valorização de capital, sem relação direta com a atividade operacional da Companhia.

Dessa forma, adotou-se o critério de mensuração pelo valor justo.

Em 05 de maio de 2025, foi emitido laudo de avaliação elaborado por profissional legalmente habilitado, atendendo à determinação judicial, com o objetivo de determinar o valor de mercado de compra e venda e o valor de liquidação forçada do imóvel mencionado.

De acordo com o referido laudo, o valor de mercado de compra e venda, em abril de 2025, foi estimado em R\$ 48,3 milhões, enquanto o valor de liquidação forçada foi apurado em R\$ 38,6 milhões.

O laudo foi elaborado em conformidade com o Código de Ética Profissional do CONFEA e as normas do IBAPE/RJ, observando os parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 14.653-2:2011 – Avaliação de Bens – Imóveis Urbanos.

Na avaliação foi adotado o método evolutivo, em que:

- o valor do terreno foi obtido pelo método comparativo de dados de mercado, com utilização de modelo linear, resultando em Grau de Fundamentação I e Grau de Precisão II, conforme os critérios da norma técnica; e
- o valor das benfeitorias foi determinado com base no custo de reedição, ou seja, o valor estimado necessário para reproduzir o bem nas mesmas condições e características atuais, considerando preços, materiais e mão de obra vigentes à data-base da avaliação.

Por esse método, o valor de mercado do imóvel é obtido mediante comparação com propriedades similares negociadas ou ofertadas no mercado imobiliário, assegurando alto grau de confiabilidade e aderência às condições de mercado observadas no universo da pesquisa.

Para a determinação do valor contábil, adotou-se a média entre o valor de mercado e o valor de liquidação forçada, considerando-se o cenário econômico e as premissas utilizadas para avaliação dos ativos.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base nesse Laudo de Avaliação emitido em 05 de maio de 2025, os valores registrados nesta rubrica encontram-se atualizados e refletem o valor atribuído ao imóvel objeto da avaliação.

A Administração analisou a recuperabilidade do referido ativo e concluiu que não há evidências de perda por impairment a ser reconhecida contabilmente, uma vez que o valor contábil do imóvel não supera o valor recuperável indicado no laudo de avaliação.

Dessa forma, não houve necessidade de constituição de provisão para impairment relacionada a este imóvel no período analisado.

Nota 11 – Imobilizado

Controladora	Edificações e		Máquinas e	
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	Total
Em 31 de Dezembro de 2025				
Custo	10.188	116.391	1.345	127.924
Depreciação Acumulada	-	(60.497)	(1.142)	(61.639)
Valor contábil líquido	10.188	55.894	203	66.285
Depreciação	-	(1.469)	(10)	(1.479)
Saldo Final	10.188	54.425	193	64.806
Em 30 de junho de 2026				
Custo	10.188	116.391	1.345	127.924
Depreciação Acumulada	-	(61.966)	(1.152)	(63.118)
Valor contábil líquido	10.188	54.425	193	64.806

Consolidado	Edificações e		Máquinas e	Móveis e	Equipamentos	Outras	
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	de Informática	Imobilizações	Total
Taxas anuais de depreciação	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2025							
Custo	14.588	146.241	72.050	4.471	8.739	2.634	248.723
Depreciação Acumulada	-	(71.015)	(49.890)	(4.438)	(8.515)	(1.179)	(135.037)
Valor contábil líquido	14.588	75.226	22.160	33	224	1.455	113.686
Adições	-	-	318	2	48	162	530
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(951)	(941)	(2)	(14)	(1.617)	(3.525)
Saldo Final	14.588	74.275	21.537	33	258	-	110.691
Em 30 de junho de 2026							
Custo	14.588	146.241	72.368	4.473	8.787	2.796	249.253
Depreciação Acumulada	-	(71.966)	(50.831)	(4.440)	(8.529)	(2.796)	(138.562)
Valor contábil líquido	14.588	74.275	21.537	33	258	-	110.691

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com as leis 638/07 e 11.941/09, atendendo em especial à deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, e à deliberação CVM nº 619, de 22/12/09, que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia optou por ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo por meio de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida, bem como para o imobilizado, não identificando perdas por "impairment".

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação: A base adotada para o cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção "in loco" de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram: o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Nota 12 – Intangível

	Controladora e Consolidado		
	Direito de uso Software	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2025			
Custo	35.007	391.513	426.520
Amortização acumulada	(35.004)	(379.820)	(414.824)
Valor contábil líquido	3	11.693	11.696
Baixas		(11.693)	(11.693)
Saldo Final	3	-	3
Em 30 de junho de 2026			
Custo	35.007	391.513	426.520
Amortização acumulada	(35.004)	(391.513)	(426.517)
Valor contábil líquido	3	-	3

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD) foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado, calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfeitamente o valor total de R\$ 1.217 milhões, efetuada em 2012.

O valor do ágio, no montante de R\$ 391,5 milhões, relativo ao investimento anteriormente registrado na controladora, foi aportado na controlada CBD Administração e Participações S.A., conforme deliberado na 2ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2024.

Conforme fato relevante em 22/04/2025, a sua controlada CBD Administração e Participações S.A., vendeu a sua participação no Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliário – FII, correspondente a 37,812% de seu patrimônio líquido, pelo valor de R\$ 359.653.172,44 (trezentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), mediante liquidação no mercado de balcão organizado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) na data de 17/04/2025.

Após o cumprimento das obrigações precedentes, o fechamento ocorreu em 17/04/2025, e seus efeitos estão registrados contabilmente no exercício de 2025.

Em decorrência da alienação da participação de 37,812% no patrimônio líquido do Fundo de Investimentos Imobiliários, procedeu-se à baixa parcial do ágio registrado por ocasião da aquisição da participação no Estaleiro, em contrapartida da conta de Outras Receitas e Despesas (nota explicativa 30).

O ágio, no montante de R\$ 391,5 milhões, foi registrado à época com base em laudos de avaliação elaborados por empresa independente, conforme previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios. Em atendimento às disposições do CPC 04 – Ativo Intangível, o ágio foi mantido como ativo até a conclusão da transação, sendo parcialmente amortizado como parte do custo da alienação, o que impactou a linha de “Outras Receitas e Despesas Operacionais” no exercício de 2025, no montante de R\$ 379,8 milhões.

A alocação do ágio foi efetuada conforme as particularidades do imóvel, consideradas individualmente em cada uma de suas porções, representadas pelas respectivas matrículas, de acordo com o laudo emitido pela empresa NVR Auditores e Consultores. Esse laudo teve por objetivo a avaliação de ativos e passivos da empresa, para fins de desdobramento do valor do ágio ou deságio, com base em procedimentos específicos relacionados ao *Purchase Price Allocation* (PPA).

Em decorrência da alienação da participação de 37,82% no capital social da Companhia Brasileira de Diques – CBD, formalizada por meio do contrato celebrado em 7 de abril de 2026, foi efetuada a baixa do saldo do ativo intangível, no montante de R\$ 11.693.

Nota 13 – Instituições Financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Circulante Modalidade	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo Permanente	327.355	311.103	327.356	311.104
Capital de Giro	679	679	13.500	13.390
Total Circulante	328.034	311.782	340.856	324.494
Não Circulante				
Modalidade	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo Permanente	143.293	151.801	143.293	151.801
Capital de Giro	45.983	43.476	45.983	43.476
Total Não Circulante	189.276	195.277	189.276	195.277
Total de Empréstimos e Financiamentos	517.310	507.059	530.132	519.771
Por Data de Vencimento / Em negociação	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Vencidos	307.749	311.783	320.571	324.494
Em até 12 meses	20.285	19.951	20.285	19.950
De 1 a 2 anos	31.216	30.265	31.216	30.265
De 2 a 3 anos	31.216	30.265	31.216	30.265
De 3 a 4 anos	31.216	30.265	31.216	30.265
De 4 a 5 anos	31.216	30.265	31.216	30.265
Acima de 5 anos	64.412	54.265	64.412	54.267
Total de Empréstimos e Financiamentos	517.310	507.059	530.132	519.771
Por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Reais - R\$	517.310	507.059	530.132	519.771
Total de Empréstimos e Financiamentos	517.310	507.059	530.132	519.771

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão sendo negociados diretamente com os bancos credores, sendo os efeitos conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes e bens imóveis que atualmente não estão sendo utilizados como operacionais pela Empresa, tais como os imóveis em Magé.

As variações ocorridas na controladora e no consolidado, entre 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, referem-se às atualizações financeiras dos passivos, com destaque, principalmente, para os valores relacionados ao BNDES e à Fundação Petros.

Com referência ao passivo junto ao BNDES, a Companhia informa que tramita o Processo nº 0915735-06.2024.8.19.0001 – Ação Anulatória de Negócio Jurídico, perante a 15ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, distribuído em 2 de setembro de 2024.

A ação visa à declaração de nulidade do Contrato de Confissão e Reescalonamento de Dívida nº 15.2.0249.1, celebrado em 7 de julho de 2015, sob a alegação de vício de consentimento decorrente de coação econômica. Busca-se, principalmente, a declaração de nulidade do referido contrato e de seus efeitos jurídicos, bem como o reconhecimento da quitação da dívida com fundamento na cláusula 4.1.2 do Plano de Recuperação Judicial, em razão da alienação das ações da CEMAT e da conversão de créditos em debêntures.

Subsidiariamente, na hipótese de impossibilidade de retorno ao status quo ante, é pleiteada indenização por perdas e danos, além da condenação do BNDES ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 14 - Debêntures (Controladora e Consolidado)

Emissão	Empresa	31/12/2025	Adições/Baixas	30/06/2026
3ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.540	26	2.566
4ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	6.881	515	7.396
5ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	299.560	9.071	308.631
		308.981	9.612	318.593
Circulante		18.591		19.410
Não circulante		290.390		299.183

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: A 80ª AGE, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando o montante de R\$ 150.000. As debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM, conforme trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

Foi assinado Instrumento particular de transação em 30 de março de 2021 com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures, e respectivo aditamento de 25 de maio de 2021, para proceder com as alterações das seguintes condições e características das debêntures, emitida por meio do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios e de aplicação financeira e alienação fiduciária de bem imóvel da Companhia (a) Data de Vencimento das Debêntures e, consequentemente, do seu prazo de vencimento; (b) Juros Remuneratórios; e (c) cronograma de pagamentos dos Juros Remuneratórios e amortização das Debêntures; d) constituição de nova garantia, representada por alienação fiduciária de 172.560 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta) cotas subordinadas de emissão do Taranis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados. O referido acordo atualmente está em discussão judicial, com a retomada da execução em face da Emissora.

Trata-se de ação de execução inicialmente movida por BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciária da Escritura da 5ª Emissão de Debêntures de Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, tendo figurado como fiadoras e demais garantidoras Inepar Administração e Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial e Iesa Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (“5ª Emissão de Debêntures”).

Com referência ao Processo Judicial 1058554-14.2014.8.26.0100 tem como exequente VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS, MOBILIÁRIOS LTDA.

O acordo celebrado em 31/03/2021 foi declarado antecipadamente vencido pelos Debenturistas. Em razão disso, o credor iniciou a execução da dívida, requerendo, entre outras medidas, a liquidação das cotas do FIDC Taranis, do qual os Debenturistas são detentores de 172 mil cotas.

A Inepar tomou as medidas necessárias visando à extinção da execução no valor pretendido, diante da tese de concursabilidade do crédito pelo fato gerador, sendo que a extraconcursabilidade é limitada à garantia outorgada, podendo apenas esta ser objeto de execução e excussão. Eventual saldo apurado somente poderá ser pago com as limitações legais da Lei nº 11.101/2005 e na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial aplicável aos credores quirografários.

Em 25.05.2021, foi celebrado o 1º termo aditivo ao acordo, o qual trouxe, em suas disposições, o valor de R\$ 298,3 milhões como devido.

Após pagamentos parciais, o credor declarou rescindido, por inadimplência das parcelas graduais, o acordo celebrado em 30.03.2021, retomando a ação de execução nº 1058554-14.2014.8.26.0100, em 27.11.2024.

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Assim, foram iniciadas discussões judiciais acerca: (i) da extinção da ação; e (ii) do reposicionamento do crédito em relação à Recuperação Judicial, em razão do posicionamento do credor de não executar a garantia, sendo importante destacar que ambas as discussões possuem implicações diretas no valor executado, seja na quantificação, seja na forma de pagamento.

Isso porque as discussões arguidas pela Inepar e por seus advogados contratados têm como fundamento o fato de a extraconcursalidade do crédito estar vinculada à respectiva garantia e, tendo o credor optado pela execução, e não pela excussão da garantia, esse crédito se reposiciona, não podendo o valor total pretendido pelo credor ser executado como se o crédito fosse extraconcursal.

A discussão acerca da concursalidade do crédito ainda está tramitando em primeira instância, no âmbito da Recuperação Judicial do Grupo Inepar (Incidente nº 4055342-45.2025.8.26.0100). Nos autos do Agravo de Instrumento nº 4020505-70.2025.8.26.0000, foi determinada a suspensão da execução até o julgamento da concursalidade do crédito.

As discussões, ainda pendentes de julgamento, visam ao reconhecimento de que: (i) o credor deveria executar a garantia, devendo ser extinta a execução; (ii) ao não executar a garantia, o crédito, em razão do fato gerador anterior à Recuperação Judicial, é reposicionado, devendo o credor se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial; e (iii) executada a garantia, eventual saldo devido se submete ao Plano de Recuperação Judicial.

Nota 15- Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Parcelamento Transação Individual PGFN (a)	183.099	177.410	349.471	336.677
ICMS a recolher/ parcelamentos	33.885	33.205	42.294	40.517
Inss a recolher	26	25	60	49
Pis/Cofins Diferidos	2.889	2.889	14.012	14.012
ISS a recolher/Parcelamentos (b)	10.147	9.988	52.601	36.028
Pis/Cofins a recolher	12	139	2.877	2.686
Provisão IR/ CSLL	-	-	29	-
Impostos e Contribuições retidos na fonte	1	148	184	650
Parcelamento Simplificado RFB	3.273	2.340	3.769	2.688
Parcelamento PGFN Convencional 2025	23	31	10.519	9.694
Parcelamento PGFN Edital PGDAU nº 6/2024	10.232	11.255	25.672	25.831
Outros	2.916	1.694	9.366	7.888
	246.503	239.124	510.854	476.720
Circulante	48.106	46.789	184.058	180.509
Não circulante	198.397	192.335	326.796	296.211

a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020.

O parcelamento na modalidade “demais débitos” devidos à PGFN foi parcelado em 120 parcelas, com redução de juros e multas de até 70% da dívida.

Quanto ao parcelamento da modalidade “débitos previdenciários” devidos à PGFN, foi parcelado em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.

Foi diferida, nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, a compensação de parte dos débitos da Transação Tributária Individual efetivada em 29/12/2021 pela Inepar e suas controladas, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da CSLL.

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício de 2023, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante consolidado de R\$ 720,7 milhões, e na controladora o montante de R\$ 360,2 milhões, os quais foram registrados em contrapartida do IR e CS diferido no resultado do exercício.

Desta forma, esses pagamentos regularizaram as parcelas da Transação Individual que estavam em atraso, permitindo que a empresa apresente uma regularidade fiscal.

A variação ocorrida na conta de parcelamento da Transação Individual, cujo saldo passou de R\$ 336.677 em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 349.471 em 30 de junho de 2026, no montante de R\$ 12.794, decorre, principalmente, da atualização monetária do período.

Essas ações refletem a continuidade dos esforços de regularização fiscal e o cumprimento das obrigações tributárias pela Companhia.

- b) Refere-se, principalmente, ao parcelamento de débitos de ISS junto à Prefeitura Municipal de Araraquara, conforme transação firmada em 13 de janeiro de 2026.

Nota 16 - Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Salários a pagar	126	151	1.667	1.457
Rescisões a pagar	763	723	47.606	47.490
FGTS a recolher	3.868	3.938	33.960	33.220
Sesi/ Senai	-	-	16.192	15.753
Provisões de férias e 13º salário	664	660	3.928	2.956
IRRF a recolher	91	162	2.070	2.171
INSS a recolher	144	543	2.413	2.360
Outras obrigações a recolher	20	20	45	38
	5.676	6.197	107.881	105.445

O saldo consolidado das obrigações trabalhistas totalizava R\$ 107.881 em 30 de junho de 2026, ante R\$ 105.445 em 31 de dezembro de 2025. A variação decorre, principalmente, das atualizações monetárias incidentes sobre os encargos sociais no período, bem como dos valores a pagar referentes à competência de junho de 2026. Destaca-se que nesses saldos estão incluídas as obrigações devidas ao Sesi/Senai, todas já vencidas.

Os saldos a pagar referentes às rescisões trabalhistas, incluídos nos processos judiciais em andamento, foram deduzidos dos respectivos valores registrados nas provisões para contingências por ocasião de sua constituição, de modo a evitar dupla contabilização.

Cabe ressaltar que, no momento do ajuizamento dos processos trabalhistas, são incluídas todas as verbas rescisórias e demais reivindicações apresentadas pelos reclamantes, o que dificulta a segregação individualizada dos respectivos valores até a conclusão definitiva das ações.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 17 - Provisão de Custo e Encargos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
ICMS s/Receitas(a)	2.303	2.303	2.473	2.303
Provisão Fundo Taranis (b)	10.544	10.262	10.544	10.262
	12.847	12.565	13.017	12.565

a) O montante de R\$ 2.303 mil, registrado na controladora e R\$ 2.473 no consolidado, corresponde principalmente à provisão de ICMS incidente sobre receitas já reconhecidas, porém ainda não faturadas, em razão de disputas judiciais em andamento entre a Companhia e o cliente.

b) Refere-se às despesas administrativas incorridas pelo Fundo Taranis desde a sua constituição, registradas em conta de provisões para despesas no presente exercício.

Nota 18 - Adiantamentos de Clientes (Consolidado)

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	3.231	58.338
Adições/ Baixas	(6)	(55.107)
Saldo Final	3.225	3.231

Os saldos de adiantamentos referem-se aos sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, bem como às antecipações de aluguéis, deduzidos dos valores já reconhecidos em receitas, em razão do avanço físico das obras e dos faturamentos realizados.

Nota 19 - Tributos Diferidos

19.1. Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apuradas em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e pela Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para a determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício é a seguinte:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado							
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos					
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Impostos s/ Lucros Estatais	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2025	40.022	40.022	12.445	-	10.783	10.936	5.858	40.022
Constituição dos Tributos	615	615	-	-	-	226	1.053	1.279
Baixa dos Tributos	(17)	(17)	(264)	-	-	(97)	(320)	(681)
Em 30 de junho de 2026	40.620	40.620	12.181	-	10.783	11.065	6.591	40.620

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2025	23.455	23.455	12.445	10.449	561	23.455
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	66	66
Baixa dos Tributos	(372)	(372)	(264)	(174)	-	(438)
Em 30 de junho de 2026	23.083	23.083	12.181	10.275	627	23.083

Os

tributos diferidos estão registrados nas Demonstrações Financeiras pelo valor líquido, ou seja, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados de forma compensada, resultantes do encontro de contas entre valores de mesma natureza e exigibilidade, conforme permitido pelas normas contábeis aplicáveis.

19.2. Despesas com Tributos sobre o Lucro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	(106.974)	(346.493)	(106.447)	(350.047)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	-	-
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	44.900	227.590	2.784	2.156
Resultado de Equivalência Patrimonial	(44.003)	(226.814)	(1.847)	(1.380)
IRPJ / CSLL no Resultado	897	776	937	776
Tributos Correntes	-	-	(173)	-
Tributos Diferidos	897	776	1.110	776
Alíquota Efetiva	-0,84%	-0,22%	-0,88%	-0,22%

Nota 20 - Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos compatíveis com as condições usuais de mercado, destacando que não se limitam as transações com partes relacionadas às operações entre Inepar Administração e a Companhia, operações estas sobre as quais, conforme cláusula 2.4 do contrato, não incidem correções. Os saldos e as transações entre as empresas incluídas no processo de consolidação encontram-se devidamente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os créditos intragrupo relacionados ao Plano de Recuperação Judicial devem ser apresentados em rubrica específica, com a identificação de que se tratam, quando aplicável, de créditos quirografários.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, a critério do Grupo, determinados créditos intragrupo poderiam ser assumidos por outras companhias do Grupo ou compensados, desde que observadas as condições e os limites estabelecidos no referido Plano, não sendo admitida compensação após a reorganização da estrutura de créditos.

Os referidos créditos estão sujeitos às regras de solidariedade entre as recuperandas, nos termos da Cláusula 2.1.2 do Plano de Recuperação Judicial.

Dessa forma, os créditos da Inepar S.A., decorrentes da emissão de títulos e valores mobiliários, foram utilizados para a liquidação de obrigações das empresas abrangidas pelo Plano de Recuperação Judicial.

A cada pagamento efetuado pelas recuperandas com a utilização desses créditos, os respectivos valores foram registrados em contas de mútuos, classificadas no grupo de partes relacionadas.

Posteriormente, em 2017, tais valores foram indevidamente consolidados em uma única conta, o que, para fins de controle, dificultou substancialmente o acompanhamento das operações.

Em setembro de 2025, por solicitação da Administração, foi realizada a reconciliação desses saldos e procedimentos, tendo sido efetuados ajustes contábeis com a reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item 1.2 destas notas explicativas.

Os valores decorrentes da referida revisão foram devidamente registrados no grupo de partes relacionadas.

Após a reconciliação dos saldos, efetuamos a segregação das partes relacionadas da seguinte maneira:

- **Contratos de empréstimos e contas correntes** – registram a movimentação financeira entre as empresas do grupo.
- **Créditos com utilização de valores mobiliários** – referem-se à abertura de contas correntes entre as recuperandas, para fins de satisfação dos créditos sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial, a serem liquidados por meio de valores mobiliários, nos termos da Cláusula 2.1.2 do Plano, que trata da “Unificação do Crédito”.
- **SalDOS de empréstimos e contas correntes existentes em 1º de outubro de 2014** – referem-se a valores incorridos anteriormente ao pedido de Recuperação Judicial. Conforme o item 2.3 do Plano de Recuperação Judicial, é permitido, a critério do Grupo Inepar, que os créditos intragrupo sejam assumidos por outra companhia do Grupo Inepar, nos termos da Cláusula 7.1.1, ou compensados, desde que tal compensação seja realizada antes da reorganização da estrutura de créditos. Em hipótese alguma haverá desembolso de caixa para pagamento de quaisquer créditos intragrupo: (i) antes da satisfação integral de todos os demais créditos sujeitos ao Plano; (ii) antes do decurso do prazo de 20 (vinte) anos, contado da homologação judicial do Plano; e (iii) enquanto não for sanado eventual inadimplemento relacionado aos valores mobiliários emitidos nos termos do Plano.
- **Contratos de AFAC** – referem-se a contratos celebrados anteriormente ao pedido de Recuperação Judicial.

As informações relativas à remuneração da Administração estão detalhadas na Nota Explicativa nº 34 das demonstrações financeiras.

Abaixo composição dos saldos entre as partes relacionadas:

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTROLADORA											
01- Contratos de empréstimos e Contas correntes						SALDO EM 30/06/2026				SALDO EM 31/12/2025	
Partes relacionadas	Data do contrato	Natureza da relação	Natureza do saldo	Prazo	Taxa de remuneração	Ativo não circulante	Variação ativo circulante	Passivo não circulante	Variação passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
CBD Administração e Participações S.A.	02/01/2025	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	-	75.449	5.543	-	69.906
Cia Brasileira de Diques S.A.	21/06/2024	Ligada	Empréstimo	Indeterminado	CDI + 1,3% a	-	-	890	83	-	807
Enisa - Inovação e Infraestrutura S.A.	30/11/2021	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	497	7.474	7.474	497	-
IESA - Óleo & Gás S.A.	01/10/2014	Controlada indireta	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	-	142.477	1	-	142.476
MDC Assessoria Empresarial S.A.	31/12/2024	Ligada	Notas de débitos	31/12/2026	CDI + 1,66.%	-	-	855	600	-	255
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	01/10/2014	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	92.540	-	-	-	92.540	-
Penta Participações e Investimentos	01/01/2025	Controlada	Notas de débitos	Indeterminado	Não se aplica	8	8	-	-	-	-
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	01/01/2025	Controlada	Notas de débitos	Indeterminado	Não se aplica	-	-	-	-	-	-
Enisa - Inovação e Infraestrutura S.A.	01/01/2025	Controlada	Notas de débitos	Indeterminado	Não se aplica	-	-	-	-	-	-
Inepar Innovida Participações S.A.	01/01/2025	Controlada	Notas de débitos	Indeterminado	Não se aplica	25	25	-	-	-	-
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	01/01/2025	Controlada	Notas de débitos	Indeterminado	Não se aplica	2.031	2.031	32.304	32.304	-	-
IESA - Óleo & Gás S.A.	01/01/2025	Controlada indireta	Notas de débitos	Indeterminado	Não se aplica	528	528	1.538	1.538	-	-
Inepar Administração e Participações S.A.	01/10/2014	Acionista Controlador	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	1.346	1.264	42.839	1.359	82	41.480
IESA Tecnologia e Transportes S/A	30/09/2021	Controlada indireta	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	473	-	-	-	473	-
Penta Participações e Investimentos	11/12/2015	Controlada	Contrato de transferência da participação da Cemate	Indeterminado	Não se aplica	-	-	151.787	-	-	151.787
Penta Participações e Investimentos	01/10/2024	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	-	3.671	-	-	3.671
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	01/10/2014	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	-	90.181	26	-	90.207
Sadefem Equip e Montagens S/A	30/04/2025	Ligada	Contas correntes	Indeterminado	Não se aplica	255	255	-	-	-	-
Subtotal						97.207	3.615	549.464	48.874	93.592	500.590
02- Créditos dos Títulos Imobiliários transferidos											
IESA - Óleo & Gás S.A.	Conforme Plano de recuperação	Controlada indireta	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	307.430	-	-	-	307.430	-
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	Conforme Plano de recuperação	Controlada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	126.762	-	-	-	126.762	-
IESA Tecnologia e Transportes S/A	Conforme Plano de recuperação	Controlada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	4.054	-	-	-	4.054	-
Inepar Administração. e Participações S.A.	Conforme Plano de recuperação	Acionista Controlador	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	52.013	-	-	-	52.013	-
Sadefem Equipamentos e Montagens S/A	Conforme Plano de recuperação	Ligada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	20.272	-	-	-	20.272	-
TT Brasil Estruturas Metálicas S/A	Conforme Plano de recuperação	Ligada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	2.796	-	-	-	2.796	-
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	Conforme Plano de recuperação	Controlada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	38.728	-	-	-	38.728	-
Subtotal						552.055	-	-	-	552.055	-
03- Saldos dos empréstimos/Contas Correntes em 01/10/2014- antes da RJ											
IESA - Óleo & Gás S.A.	01/10/2014	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	-	58.027	-	-	58.027
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	01/10/2014	Controlada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	-	-	1.705	-	-	1.705
Inepar Administração. e Participações S.A.	01/10/2014	Acionista Controlador	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	2.948	-	250	250	2.948	-
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	01/10/2014	Controlada	Cessão de Títulos Dívida Publica para a compra da participação	Indeterminado	Não se aplica	-	-	201.995	-	-	201.995
Demais Empresas	01/10/2014	Ligada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	-	10	-	-	10
Subtotal						2.948	-	261.987	250	2.948	261.737
04- Contratos de AFAC											
Inepar Innovida Participações S.A.	01/10/2014	Controlada	Contrato de AFAC	Indeterminado	Não se aplica	5.400	-	-	-	5.400	-
Penta Participações e Investimentos	01/10/2014	Controlada	Contrato de AFAC	Indeterminado	Não se aplica	9.891	-	-	-	9.891	-
Subtotal						15.291	-	-	-	15.291	-
TOTAL						667.502	3.615	811.451	49.125	663.887	762.327
Líquido entre Ativo e Passivo						665.845		143.949	45.510		98.439

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSOLIDADO

01- Contratos de empréstimos e Contas correntes

Partes relacionadas	Data do contrato	Natureza da relação	Natureza do saldo	Prazo	Taxa de remuneração	SALDO EM 30/06/2026				SALDO EM 31/12/2025	
						Ativo não circulante	Variação ativo circulante	Passivo não circulante	Variação passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Cia Brasileira de Diques S.A.	21/06/2024	Ligada	Empréstimo	Indeterminado	CDI + 1,3% a	-	-	890	83	-	807
CBD Administração e Participações S.A.	02/01/2025	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	(1.200)	-	-	1.200	-
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	01/01/2025	Controlada	Notas de débitos	Indeterminado	Não se aplica	22	22	180	180	-	-
Inepar Administração e Participações S.A.	01/10/2014	Acionista Controlador	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	-	42.839	1.359	-	41.480
Delft Adm e Participações S.A.	01/10/2014	Ligada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	8.192	267	6.381	316	7.925	6.065
Inepar Administração e Participações S.A.	01/10/2014	Controladora	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	14.738	1.565	-	-	13.173	-
Inepar Inovada Participações S.A.	01/10/2014	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	3.900	-	5.915	25	3.900	5.890
MDC Assessoria Empresarial S.A.	30/09/2022	Ligada	Remessa de numerário para pagamentos de obrigações tributárias	31/12/2022	CDI + 1,66.%	-	-	19.059	3.849	-	15.210
MDC Assessoria Empresarial S.A.	10/03/2023	Ligada	Remessa de numerário para pagamentos de obrigações	30/06/2023	CDI + 1,78%	-	-	7.668	1.216	-	6.452
MDC Assessoria Empresarial S.A.	23/03/2023	Ligada	Remessa de numerário para pagamentos de obrigações	31/08/2023	CDI + 1,78%	-	-	6.146	802	-	5.344
MDC Assessoria Empresarial S.A.	29/12/2022	Ligada	Operação de crédito	Indeterminado	IPCA+1,78%	-	-	44.265	5.761	-	38.504
MDC Assessoria Empresarial S.A.	07/12/2022	Ligada	Empréstimo	23/01/2023	CDI + 1,78%	-	-	27.291	4.327	-	22.964
MDC Assessoria Empresarial S.A.	15/08/2019	Ligada	Cessão de direitos creditório	24/01/2020	CDI + 2,00%	-	-	5.191	879	-	4.312
MDC Assessoria Empresarial S.A.	23/12/2019	Ligada	Cessão de direitos creditório	24/11/2020	CDI + 2,00%	-	-	11.456	1.851	-	9.605
MDC Assessoria Empresarial S.A.	31/12/2024	Ligada	Notas de débitos	31/12/2026	CDI + 1,66.%	-	-	855	600	-	255
QGI Brasil S.A.	31/08/2016	Ligada	Contas correntes	Indeterminado	Não se aplica	940	-	28.349	-	940	28.349
Demais Empresas	Diversas datas	Ligada	Contas correntes	Indeterminado	Não se aplica	236	236	142	94	-	48
Sadefem Equip e Montagens S/A	30/04/2025	Ligada	Contas correntes	Indeterminado	Não se aplica	1.795	1.455	-	-	340	-
						29.823	2.345	206.628	21.341	27.478	185.286

02- Créditos dos Títulos Imobiliários transferidos

Sadefem Equipamentos e Montagens S/A	Conforme Plano de recuperação	Ligada	Debêntures perpétuas-Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	20.272	-	-	-	20.272	-
TT Brasil Estruturas Metálicas S/A	Conforme Plano de recuperação	Ligada	Debêntures perpétuas-Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	2.796	-	-	-	2.796	-
Inepar Administração e Participações S.A.	Conforme Plano de recuperação	Controladora	Debêntures perpétuas-Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	52.013	-	-	-	52.013	-
						75.081	-	-	-	75.081	-

03- Saldos dos empréstimos/Contas Correntes em 01/10/2014- antes da RJ

Inepar Administração e Participações S.A.	Controladora	Acionista Controlador	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	2.948	-	-	-	2.948	-
Demais Empresas	Ligada	Ligada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	-	10	8	-	18
						2.948	-	10	8	2.948	18
									8		
						107.852	2.345	206.638	21.333	105.507	185.305
									98.786	18.988	79.798

Líquido entre Ativo e Passivo

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 21 – Provisão para Contingências

1-Critérios de reconhecimento e mensuração

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas têm uma obrigação no presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar tal obrigação e seu valor possa ser estimado de forma confiável, em conformidade com a CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As contingências são avaliadas e classificadas como:

Prováveis: quando a perda é provável, e, portanto, há constituição de provisão;

Possíveis: quando a perda é possível, sem a constituição de provisão, apenas divulgada em nota explicativa;

Remota: quando a perda é considerada remota, não sendo reconhecida nem divulgada.

As provisões são revisadas a cada encerramento de exercício ou período intermediário, considerando a melhor estimativa disponível, com base em pareceres dos assessores jurídicos internos e externos, incluindo atualização monetária e encargos incidentes, quando aplicável.

2-Contingências Passivas

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para esses processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram constituídas com base na avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia entende que a provisão para contingências constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	105.388	85.160	255.643	196.508
Adições	-	50.157	-	111.460
(-) Baixas	(9.501)	(29.929)	(21.205)	(52.325)
Saldo Final	95.887	105.388	234.438	255.643

	Controladora				Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	1.033	16.367	1.370	25.868	111.092	67.280	111.429	77.721
Tributárias	332.278	25.179	335.228	25.179	384.091	43.144	403.998	44.720
Cíveis	351.413	54.341	351.413	54.341	517.619	124.014	517.619	133.202
	684.724	95.887	688.011	105.388	1.012.802	234.438	1.033.046	255.643

RESUMO DA VARIAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS			
	AUMENTO PROVISÃO	DIMINUIÇÃO PROVISÃO	VARIAÇÃO
CÍVEL	-	9.188	(9.188)
TRABALHISTA	-	10.441	(10.441)
TRIBUTÁRIA	-	1.576	(1.576)
TOTAL	-	21.205	(21.205)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Neste período, foram registradas reversões de provisões trabalhistas, tributárias e cíveis, decorrentes da liquidação ou do encerramento dos respectivos processos, conforme demonstrado na rubrica apresentada na Nota 30.

3-Principais processos**a) Contingências trabalhistas:**

Refere-se aos processos ajuizados por ex-funcionários e terceiros que prestaram serviços, envolvendo principalmente horas extras, adicionais, verbas rescisórias em contratos de empreitadas e fornecimento.

Os valores provisionados decorrem de processos cuja perda foi classificada como provável, com base em pareceres dos assessores jurídicos.

No 2º ITR de 2026, verificou-se uma redução de R\$ 10.441 no saldo da provisão para contingências trabalhistas classificadas como de perda provável. Essa redução decorre, principalmente, da liquidação de diversos processos, em função da celebração de acordos entre as partes.

Os valores classificados como perdas possíveis não apresentaram variações significativas ao final do 2º ITR de 2026.

4) Contingências tributárias:

Compreendem, basicamente, autuações fiscais de âmbito estadual e federal, bem como pedidos de restituição ou compensação de tributos atualmente em processo de julgamento. De acordo com os consultores fiscais da Companhia, há possibilidade de redução dos valores discutidos em razão da prescrição, conforme a Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, bem como pela aplicação da legislação vigente.

No acumulado do 2º ITR de 2026, as contingências tributárias classificadas como prováveis não apresentaram variações significativas.

Por outro lado, os processos classificados como perdas possíveis apresentaram redução de R\$ 19.907, em decorrência da inclusão de processos tributários em parcelamentos especiais junto à Receita Federal, tendo em vista as novas decisões judiciais desses processos.

5)Contingências cíveis:

As contingências cíveis decorrem, principalmente, de ações indenizatórias, execuções contratuais, cobranças e disputas envolvendo fornecedores, prestadores de serviços e instituições financeiras, relacionadas a obrigações assumidas em exercícios anteriores.

No acumulado do 2º ITR de 2026, as contingências cíveis classificadas como perdas prováveis apresentaram redução de R\$ 9.188, em decorrência da decisão dos processos em última instância. As contingências classificadas como perdas possíveis, por sua vez, não apresentaram variações significativas no período.

a) Contingências Ativas

A companhia possui diversos processos de ações judiciais e administrativas que estão em discussão, porém sem ainda ter uma decisão definitiva, em trânsito em julgado, ou seja, em 3ª instância, quando não há mais contestação. Quando da conclusão destes processos, a empresa divulga através de notas explicativas, com o reconhecimento contábil no resultado.

Dessa forma, esses valores dos ativos não são reconhecidos diretamente no balanço patrimonial. A Companhia divulga os valores envolvidos nestes processos através do relatório da administração, informando os valores dos prováveis recebimentos e informando o total dos pleitos em discussão. Com base em dados passados, em média

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

consegue êxito de até 55% do total discutido, sendo que o relatório divulga uma projeção dos pleitos considerados prováveis pelos consultores especializados.

CLAIMS FORA DA CARTEIRA DO FIDC TARANIS - 30/06/2026			
DESCRIÇÃO	VALOR DAS AÇÕES em R\$ milhões	PREVISÃO DE RECEBIMENTO em R\$ milhões	% DE SUCESSO
Valor histórico dos claims	458		
Valor atualizado dos claims	3.141		
Provável recebimento	1.654	1.126	68%
Possível recebimento	966	536	55%
Remoto recebimento	521	146	28%
TOTAL	3.141	1.808	58%

A classificação entre provável, possível ou remota decorre dos relatórios mensais emitidos pelos advogados patronos dos processos judiciais. Os valores atribuídos resultam tanto da média histórica de êxitos dos pleitos quanto da análise da probabilidade de celebração de acordos administrativos, totalizando um valor de expectativa de R\$ 1.808 de recuperação.

FIDC Taranis

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pela legislação vigente.

Por ocasião de sua constituição, as Companhias realizaram aportes de claims no montante de R\$ 619,1 milhões, por meio da cessão de créditos oriundos de processos judiciais em andamento, cujo valor totaliza atualmente cerca de R\$ 1,6 bilhão. A eficácia na monetização desses ativos é historicamente comprovada, situando-se em patamar superior a 60%. Empresas especializadas avaliaram tais créditos pelo valor de face, aplicando desconto superior a 40%, em razão de possíveis insucessos nas demandas judiciais.

A expectativa de monetização é da ordem de R\$ 960 milhões, ao longo dos próximos anos, representando um índice de recuperação de 58%, dentro dos padrões historicamente já praticados pela Companhia.

Se considerarmos somente os valores apontados como PROVÁVEIS e POSSÍVEIS, a expectativa de recebimento passa para 59%, no valor de R\$ 960 milhões, portanto, abaixo da média histórica alcançada pela Companhia.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

FIDC TARANIS - 30/06/2026			
DESCRIÇÃO	VALOR DAS AÇÕES em R\$ milhões	PREVISÃO DE RECEBIMENTO em R\$ milhões	% DE SUCESSO
Valor histórico dos claims	225		
Valor quando da constituição	880		
Valor atualizado dos claims	1.635		
Provável recebimento	898	686	76%
Possível recebimento	521	274	53%
Remoto recebimento	217	-	0%
TOTAL	1.636	960	59%

Nota 22 - Provisão para Passivo a Descoberto

O saldo da rubrica de provisão para passivo a descoberto totaliza R\$ 1.071.214 em 30 de junho de 2026 e R\$ 1.027.605 em 31 de dezembro de 2025, correspondendo aos valores das controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e Inepar Innovida Participações S.A.

No consolidado, o valor apurado é de R\$ 15.886 em 30 de junho de 2026 e R\$ 15.549 em 31 de dezembro de 2025, correspondente às empresas que não são consolidadas nas demonstrações da controlada IESA Óleo & Gás S.A., uma vez que esta não detém participação significativa nem exerce poder de controle sobre tais sociedades.

O passivo a descoberto ocorre quando o total das obrigações de uma entidade supera o total de seus bens e direitos, resultando em patrimônio líquido negativo. Nessa situação, os recursos disponíveis não são suficientes para a liquidação integral das obrigações, sendo a diferença, representada pela situação líquida negativa, reconhecida como passivo a descoberto.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	1.061.588	1.017.981	-	-
Inepar Innovida Participações S.A	9.497	9.495	-	-
Outras empresas	129	129	15.886	15.549
	1.071.214	1.027.605	15.886	15.549

Nota 23 - Outras Contas a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
CVM - Comissão de Valores Mobiliários (a)	1.863	1.797	2.650	2.450
Honorários advocatícios	3.562	3.562	3.562	3.655
Outras contas a pagar (b)	11.135	10.008	37.934	28.110
Repasse a terceiros (c)	33.661	33.662	33.661	33.662
Provisões diversas obrigações a pagar	3.499	3.438	4.346	4.094
	53.720	52.467	82.153	71.971
Circulante	52.542	51.233	79.411	69.228
Não circulante	1.178	1.234	2.742	2.743

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Refere-se às dívidas com a Comissão de Valores Mobiliários, já devidamente parceladas.
- b) Refere-se, principalmente, às obrigações financeiras extraconcursais constituídas no âmbito do Plano de Recuperação Judicial e para atendimento às necessidades de capital de giro da Companhia. O aumento verificado no período decorre, substancialmente, do reconhecimento de obrigação na controlada na IESA Óleo & Gás, relacionada ao processo nº 0059074-21.2016.8.19.0001, referente à cobrança de aluguéis e taxas condominiais em atraso. O respectivo valor também foi reconhecido na rubrica de reversão de contingências.
- c) Refere-se a repasses devidos a terceiros, por conta do fornecimento do Metrô - SP, que se encontram em discussão judicial.

Nota 24 – Fornecedores (Circulante)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores em geral(a)	18.309	19.405	43.014	43.936
	18.309	19.405	43.014	43.936

Nessa rubrica estão registrados os valores a pagar a fornecedores localizados no Brasil, decorrentes da aquisição de bens ou da contratação de serviços vinculados às atividades da Companhia.

Nota 25 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social:

O capital social integralizado é de R\$ 672.561.634,81, representado por 41.772.224 ações ordinárias e 12.627.232 ações preferenciais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem prioridade na distribuição de dividendos, que devem ser, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01.

O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição obrigatória de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Conforme Aviso aos Acionistas emitido em 15 de maio de 2023, a Companhia efetuou o agrupamento de suas ações na proporção de 5 (cinco) ações antigas para 1 (uma) nova ação da mesma espécie e classe, sem modificação no valor total do capital social.

Posteriormente, em conformidade com a 95ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 20 de maio de 2024, foi autorizado o aumento do capital social no montante de R\$ 5.124, mediante emissão particular de 289.642 ações ordinárias.

Do total subscrito, R\$ 999 mil foram destinados à conta de capital social e R\$ 4.125 à formação de reserva de capital, em conformidade com o disposto no art. 182, §1º, alínea “a”, da Lei nº 6.404/76.

Conforme Ata da 394ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de outubro de 2025, foi deliberado o aumento de capital social de R\$ 571.963 para R\$ 576.172. Em decorrência desse aumento, o capital passou a ser representado por 48.951.535 ações, sendo 12.627.232 ações preferenciais e 36.324.303 ações ordinárias.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme Ata da 400ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 06 de abril de 2026, foi deliberado o aumento de capital social de R\$ 576.172 para R\$ 672.562. Em decorrência desse aumento, o capital passou a ser representado por 54.399.456 ações, sendo 12.627.232 ações preferenciais e 41.772.224 ações ordinárias.

b) Reserva de Capital: As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 184.417 e estão assim compostas:

Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinados à conta de capital o valor de R\$ 4.271 e R\$ 79.707 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinados à conta de capital o valor de R\$ 4.049 e R\$ 75.565 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019, foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias, sendo destinados à conta de capital o valor de R\$ 3.165 e R\$ 25.020 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 95ª AGE, de 20/05/2024, foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 5.124, mediante a emissão particular de 289.642 ações ordinárias, sendo destinados à conta de capital o valor de R\$ 999 e R\$ 4.125 para a formação de reserva de capital.

c) Reserva de Reavaliação: (i) De Ativos Próprios - É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.; com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados, ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

d) Debêntures Perpétuas: As debêntures perpétuas (6ª a 13ª emissões) apresentam o saldo de R\$ 391.162 e estão assim compostas:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão, e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, todas subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8ª emissão, e de R\$3.926 para a 9ª emissão, todas subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizada a 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de R\$1,00 (um real), perfazendo o montante de R\$121.550 para a 10ª emissão e de R\$ 6.507 para a 11ª emissão, totais subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

- Conforme deliberado na 95ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2024, foi autorizada a 12ª emissão de 192.653.942 debêntures perpétuas, conversíveis em ações, da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, destinadas à colocação privada, no montante de R\$ 192.653.942, ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real). Na mesma oportunidade, foi igualmente aprovada a 13ª emissão de 1.248.430 debêntures, também para colocação privada, no montante de R\$ 1.248.430, ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real).

Conversões realizadas das debêntures perpétuas em ações:

Ata do Conselho de Administração nº	Valor R\$	Emissão das debêntures perpétuas
337 de 25/10/2018	937	6ª emissão
338 de 18/10/2018	74	6ª emissão
341 de 15/02/2019	84	6ª emissão
342 de 28/03/2019	453	6ª/7ª/8ª e 9ª emissão
344 de 01/07/2019	472	6ª/8ª e 9ª emissão
347 de 31/01/2020	2.625	6ª emissão
348 de 03/07/2020	13.986	10ª e 11ª emissão
351 de 13/11/2020	116	6ª e 7ª emissão
353 de 13/11/2020	473	6ª/8ª e 10ª emissão
354 de 07/05/2021	2.957	6ª/7ª/8ª/9ª e 10ª emissão
360 de 29/10/2021	4.888	1ª a 10ª emissão
363 de 11/01/2022	26.296	1ª a 10ª emissão
367 de 27/05/2022	12.214	6ª/7ª e 10ª emissão
369 de 27/09/2022	12.640	6ª/8ª e 10ª emissão
371 de 14/12/2022	6.778	6ª/8ª e 10ª emissão
373 de 30/03/2023	1.336	6ª/8ª e 10ª emissão
377 de 25/07/2023	29.663	6ª a 11ª emissão
379 de 20/09/2023	508	8ª/10ª e 11ª emissão
381 de 17/11/2023	15.655	6ª e 10ª emissão
383 de 26/02/2024	1,3	6ª emissão
386 de 04/04/2024	61	6ª emissão
392 de 20/08/2025	28.276	6ª/10ª/12ª e 13ª emissão

e) Créditos quirografários a converter: Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos, efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e/ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 364. Esses créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores, que estão sendo discutidas com os credores. Os valores, nesta rubrica, foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial: Apresenta o saldo de R\$ 835.491, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 797.165, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª, 11ª e 13ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras dessas emissões. Esses ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Destinação do Lucro: Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

f) Continuidade das Operações

No curto prazo, a Companhia concentra seus esforços na recomposição da carteira de pedidos, na retomada das relações comerciais com a Petrobras e com o Setor de Energia, bem como na reativação do segmento metroferroviário. Paralelamente, busca concluir a alienação das UPIs IPM e IOG, renegociar dívidas com credores e com o BNDES, além de monetizar ativos judicializados e não judicializados. Complementarmente, promove estudos para a instalação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Araraquara, com o objetivo de ampliar a competitividade e atrair novos investimentos.

Nota 26 - Resultado por Ação

O resultado básico e diluído por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	30/06/2026	30/06/2025
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(26.329)	(105.766)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(79.181)	(243.505)
	(105.510)	(349.271)
Denominador (em unidades de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	12.627.232	12.627.232
Quantidade de ações ordinárias emitidas	41.772.224	31.978.720
Total	54.399.456	44.605.952
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações		
Ação preferencial	(2.085,11)	(8.376,06)
Ação ordinária	(1.895,56)	(7.614,60)

Conforme Aviso aos Acionistas datado de 22 de junho de 2021, a Companhia efetuou o desdobramento das ações de sua emissão, na proporção de 1 (uma) ação ordinária e/ou preferencial para 20 (vinte) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social.

Posteriormente, conforme Aviso aos Acionistas emitido em 15 de maio de 2023, foi realizado o agrupamento das ações na proporção de 5 (cinco) ações antigas para 1 (uma) nova ação da mesma espécie e classe, igualmente sem modificação no montante do capital social.

Nos termos do Plano de Recuperação Judicial, as debêntures emitidas para pagamento de dívidas sujeitas ao Plano são conversíveis em ações e farão jus à remuneração equivalente a um percentual do lucro líquido do exercício social da emissora, em conformidade com o disposto no art. 191 da Lei nº 6.404/1976.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 27- Receita Operacional Líquida

	Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025
Vendas Mercado Interno/Prestação de Serv.	4.611	2.859
(-) Impostos sobre as Vendas	(793)	(603)
Receita de Vendas	3.818	2.256

No acumulado do 2º ITR, a Companhia apresentou acréscimo no faturamento de produtos e serviços em comparação ao mesmo período findo em 30 de junho de 2025, reflexo, principalmente, do reconhecimento da receita do contrato firmado com a NUCLEP, apurada pelo método dos custos incorridos e reconhecida pela controlada ENISA.

O reconhecimento da receita de contratos de longo prazo é efetuado com base no método dos custos incorridos, que reflete a mensuração do progresso na execução dos contratos em relação ao total estimado dos custos de cada projeto. Esse método representa, de forma adequada, o progresso na execução das obrigações de desempenho assumidas contratualmente.

Nota 28 - Despesas e Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Despesas Financeiras				
Juros sobre impostos e contribuições (a)	(7.225)	(2.021)	(32.076)	(16.648)
Atualização de passivos financeiros (b)	(37.911)	(34.340)	(58.747)	(88.142)
Atualizações de acordos trabalhistas	-	-	-	(3.592)
Ajuste a valor presente	(629)	-	(629)	-
Outras despesas financeiras	(10.570)	(4.925)	(10.638)	3.566
Total	(56.335)	(41.286)	(102.090)	(104.816)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	-	-	1.191	-
Receita sobre claims (d)	-	-	13.500	-
Receitas sobre os ativos que compuseram acordo Metrô e (Swiss RE)	-	10.609	-	13.734
Ajuste a valor presente	629	-	629	-
Atualização de créditos fiscais (c)	-	-	18.242	-
Outras receitas financeiras	6	3.994	220	4.708
Total	635	14.603	33.782	18.442

- a) A variação decorre, principalmente, das atualizações monetárias incidentes sobre impostos e parcelamentos federais, estaduais e municipais, bem como sobre a transação tributária individual. No exercício anterior, foram reconhecidos descontos e abatimentos relacionados aos tributos federais parcelados.
- b) As atualizações de passivos também registraram aumento em comparação ao exercício anterior, em função tanto de passivos já negociados e pagos quanto daqueles que permanecem em discussão judicial, destacando-se entre eles o contrato com o BNDES, os credores das debêntures da 5ª emissão, além de outros passivos financeiros;

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) Refere-se, principalmente, à atualização de créditos tributários decorrentes do Programa REINTEGRA, utilizados pela Companhia na compensação de tributos federais. A variação do período decorre das atualizações dos créditos ainda disponíveis e das compensações realizadas.
- d) Refere-se ao Instrumento Particular de Cessão de Crédito, firmado em 8 de abril de 2026, por meio do qual a controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. cedeu e transferiu ao Fundo Chimera os direitos creditórios decorrentes de sua participação nas ações judiciais propostas pelos Consórcios Caraguatatuba (UTGCA) e QGIT contra a Petrobras, pelos valores e nas condições estabelecidos no referido instrumento.

Nota 29 - Outras Receitas e Despesas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Outras Despesas Operacionais				
IOF	(370)	(76)	(423)	(95)
Despesas tributárias (a)	(842)	(8.133)	(22.646)	(15.121)
Despesas com FIDC Taranis (b)	(282)	(10.078)	(282)	(10.078)
Outras despesas Operacionais	-	(4.068)	(234)	(8.242)
Processos trabalhistas (c)	(7.077)	(2.303)	(10.031)	(7.673)
Acordos judiciais (d)	-	(27.551)	(6.641)	(27.855)
Ociosidade (e)	-	-	(1.584)	(1.498)
Estorno de claims contingentes (f)	-	(48.496)	-	(133.999)
Estorno de dividendos a receber (g)	-	-	-	(14.796)
Custo de Venda de Ativos (h)	-	-	(12.962)	(389.715)
Despesas com o acordo Metrô-SP (i)	-	-	-	(4.960)
Total das despesas operacionais	(8.571)	(100.705)	(54.803)	(614.032)
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de provisões diversas (j)	-	28.488	1.509	37.602
Recuperação Despesas	-	-	118	88
Receitas de aluguel (l)	831	1.269	2.006	1.837
Outras receitas	206	-	1.675	2
Receita de Venda de Ativos (h)	-	-	15.000	352.564
Total das receitas operacionais	1.037	29.757	20.308	392.093
	(7.534)	(70.948)	(34.495)	(221.939)

- a) As despesas tributárias referem-se aos registros de impostos objeto de parcelamento, relacionados a processos judiciais que se encontravam em andamento, dentre os quais destacamos:

Federais

10840.730626/2022-20
15746.722423/2011-71
16682.721143/2018-02

Estaduais

CDA 1424242864 ICMS 2013

- b) FIDC Taranis: reconhecimento de R\$ 10.078 mil em despesas com prestadores de serviços vinculados ao Fundo, referentes ao exercício de 2025, e de R\$ 282 mil referentes ao acumulado ao 2º ITR de 2026.
- c) Refere-se a diversos processos trabalhistas nos quais a Companhia celebrou acordos para a liquidação dos passivos provisionados, com o correspondente reconhecimento das reversões contábeis. Os referidos processos

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

foram liquidados mediante a utilização dos recursos depositados em conta Escrow, vinculada à alienação da participação no Estaleiro CBD.

d) O montante de R\$ 27.855, reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2025, refere-se ao encerramento dos processos envolvendo a Swiss Re e o Escritório de Advocacia Emsenhuber. Por sua vez, o valor de R\$ 6.641, registrado no exercício de 2026, refere-se ao processo de cobrança nº 0059.074-21.2016.8.19.001, relativo a aluguéis não pagos pela controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. O referido valor encontrava-se provisionado como contingência, tendo a respectiva provisão sido revertida na mesma data.

e) Ociosidade refere-se aos custos de produção, diretos e indiretos, não absorvidos pela fábrica em razão do reduzido volume de projetos contratados.

f) Refere-se ao estorno dos créditos de *claims*, no montante de R\$ 133.999, contabilizados no exercício de 2025, em razão da ausência de expectativa concreta de realização, uma vez que os respectivos ativos se encontram submetidos à discussão judicial.

g) O valor refere-se ao reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (impairment) sobre os dividendos a receber da QGI Inc., em razão da ausência de evidências quanto à sua realização.

h) Os valores de R\$ 389.715 e R\$ 352.564 estão relacionados à operação realizada no exercício de 2025, decorrente da alienação da participação no capital social do Estaleiro Inhaúma. Por sua vez, os montantes de R\$ 12.962 e R\$ 15.000 referem-se, respectivamente, ao custo e ao valor da alienação da participação de 37,82%, ocorrida em 7 de abril de 2026, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valor (R\$ mil)
Valor da alienação da participação de 37,82%	15.000
Baixa do ágio registrado no investimento	(11.693)
Baixa do valor contábil do investimento	(1.269)
Custo contábil da alienação	(12.962)

i) Refere-se ao pagamento realizado por meio da emissão de debêntures perpétuas em favor da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, no âmbito de diversos processos. Esses pagamentos integraram o Termo de pagamento, transação e quitação celebrado entre o Metrô e a Inepar.

Nota 30 – Provisões para Contingências – Efeitos no Resultado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Trabalhistas	9.501	(170)	10.441	(170)
Tributárias	-	-	1.576	-
Cíveis	-	-	9.188	-
	9.501	(170)	21.205	(170)

No período, foram revertidas provisões trabalhistas, tributárias e cíveis em decorrência da liquidação dos respectivos processos e de decisões judiciais proferidas.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 31 – Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Processos Trabalhistas (a)	2.806	2.893	7.997	8.179
Processos Cíveis (b)	972	1.056	8.837	8.920
Processos Tributários (c)	1.849	1.850	2.274	2.275
	5.627	5.799	19.108	19.374

- a) Os processos trabalhistas apresentavam, em 30 de junho de 2026, saldo no consolidado de R\$ 7.997, enquanto, em 31 de dezembro de 2025, o saldo era de R\$ 8.179. Estão incluídos nesses montantes os recursos depositados em juízo referentes a processos trabalhistas em andamento
- b) Os processos cíveis apresentavam, em 30 de junho de 2026, saldo no consolidado de R\$ 8.837, enquanto em 31 de dezembro de 2025 o saldo era de R\$ 8.920.
- c) Processos tributários apresentavam, em 30 de junho de 2026, saldo no consolidado de R\$ 2.274, enquanto em 31 de dezembro de 2025 o saldo era de R\$ 2.275.

Nota 32 - Cobertura de Seguros (não auditada)

A companhia mantém seguro das áreas comuns das instalações, que cobre eventuais sinistros, sendo os demais seguros de responsabilidade do condomínio.

Nota 33 - Benefícios a Empregados

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Salários	674	857	6.617	5.636
Gastos Previdenciários	228	311	1.626	1.454
Total	902	1.168	8.243	7.090

Nota 34 - Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração de Conselheiros	353	219	421	256
Remuneração de Diretores	784	370	2.938	1.797
Total	1.137	589	3.359	2.053

Nota 35 - Informações por Segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovado pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Serviços industriais	
	30/06/2026	30/06/2025
Receita bruta total	4.611	2.859
Impostos/Deduções	(793)	(603)
Custos dos Produtos e Serviços	(3.423)	(3.815)
Total	395	(1.559)

No período encerrado em 30 de junho de 2026, a receita bruta dos serviços industriais totalizou R\$ 4.611 mil, representando crescimento de 61,3% em relação aos R\$ 2.859 mil registrados no mesmo período de 2025. Os impostos e deduções aumentaram 31,5%, enquanto os custos dos produtos e serviços apresentaram redução de 10,3%. Como resultado, o segmento registrou lucro bruto de R\$ 395 mil em 2026, revertendo o prejuízo bruto de R\$ 1.559 mil apurado em 2025.

Nos custos incorridos no período estão incluídos gastos complementares relativos a consórcios de projetos já encerrados, no montante de R\$ 106 mil, além dos custos relacionados aos serviços prestados a terceiros pelas controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e Enisa — Inovação e Infraestrutura S.A.

No período, também foi reconhecida a parcela final da receita decorrente do contrato de prestação de serviços firmado com a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. — Nuclep.

Nota 36 – Títulos a Pagar (Consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Títulos a pagar	170.277	156.983	185.237	171.943
Total	170.277	156.983	185.237	171.943
Circulante	170.277	156.983	170.277	156.983
Não Circulante	-	-	14.960	14.960

A rubrica de títulos a pagar refere-se, principalmente, à obrigação decorrente de título executivo extrajudicial firmado com parceiro comercial, com fundamento no art. 784, inciso III, do Código de Processo Civil.

O saldo registrado representa o valor da obrigação reconhecida pela Companhia na data-base das demonstrações financeiras, atualizado conforme as condições previstas no respectivo instrumento, incluindo correção pela variação do CDI, quando aplicável, além de eventuais encargos pactuados entre as partes.

A Administração acompanha periodicamente a evolução do referido saldo, bem como suas atualizações, encargos e condições de liquidação, de acordo com os termos contratuais e documentos que dão suporte à obrigação.

Nota 37 – Ações em andamento

a) A Administração da Companhia encontra-se em fase de busca por parceiros comerciais com o objetivo de implementar as operações abaixo especificadas. Essas medidas visam assegurar a continuidade da Empresa, mediante a geração de fluxo de caixa positivo, de forma a atender às obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como às obrigações extraconcursais e operacionais correntes.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) A Companhia mantém um programa contínuo de redução de custos operacionais, com o objetivo de adequar as despesas à nova realidade econômica da conjuntura atual.
- c) Intensificação das atividades na área comercial, com a conquista de clientes e mercados adicionais, além do foco total nos mercados core.
- d) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos em novos projetos, bem como à retomada das atividades.
- e) Continuidade da monetização de ativos financeiros, com o objetivo de ampliar a captação de recursos.

Nota 38 - Eventos Subsequentes

No período abrangido por este ITR, não foram identificados fatos ou eventos relevantes que demandassem divulgação adicional ou que produzissem efeitos significativos sobre a posição patrimonial e financeira ou sobre o resultado da Companhia.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Antonio Augusto Pires Junior – Diretor-Presidente

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Irajá Galliano Andrade

Hugo Fagundes de Lima Queiroz

Antônio Augusto Pires Junior

Christian De Lima Ramos

Mario Pereira

Thássyo Lima Daver e Sousa

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
INEPAR S/A – INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Curitiba – PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da INEPAR S/A – INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em

30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findo naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e quanto às informações contábeis intermediárias consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – “IASB” assim como a apresentação dessas informações de forma condizente com as normas aplicáveis às entidades registradas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Investimentos em controladas/coligadas/consórcios

As informações contábeis intermediárias das sociedades investidas e consórcios da IESA Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (QUIP S.A., QGI INC, Quebec e QGI Brasil e os consórcios UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás e Consórcio Caraguatatuba-UTGCA), da investida da CBD – Administração e Participações S.A. (Cia Brasileira de Diques), tomadas para avaliação dos investimentos, conforme descrito na nota explicativa nº 10, não foram revisadas por nós ou por outros auditores independentes para a data-base de 30 de junho de 2026. Adicionalmente, as respectivas demonstrações financeiras dessas companhias e consórcios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram auditadas. Consequentemente, não nos foi possível aplicar procedimentos de revisão a tais operações, o que nos impede de concluir sobre a adequação dos saldos dos referidos investimentos e de seus eventuais reflexos no resultado e no patrimônio líquido nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 30 de junho de 2026, bem como sobre os respectivos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2025.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais ajustes nas informações intermediárias dos quais poderíamos ter tomado conhecimento se não fosse pela situação descrita acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que indica que a Companhia e suas controladas estão em recuperação judicial e evidenciam esforços para concluir o plano e recompor sua carteira de pedidos, visando equilibrar seu fluxo de caixa. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas incorreram em prejuízo de R\$ 105.510 mil durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 (R\$ 349.271 mil em 30 de junho de 2025) e, nessa data, o passivo circulante foi superior a R\$ 644.004 mil na controlada e a R\$ 828.025 mil no consolidado (R\$ 612.775 mil e R\$ 770.827 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025). Conforme apresentado na nota explicativa nº 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência de incerteza relevante

que pode suscitar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada sobre esse assunto.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20 das demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas mantêm operações significativas com entidades relacionadas. Devido à importância dessas operações, seus resultados podem diferir dos que resultariam de transações realizadas integralmente com entidades não relacionadas.

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025, apresentados para fins comparativos, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado em 19 de março de 2026, com modificação relativa à ausência de confirmação externa de determinadas instituições financeiras e à ausência de demonstrações financeiras de determinadas investidas tomadas para avaliação dos investimentos.

Adicionalmente, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, compreendendo as demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do período de seis meses, foram anteriormente revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão sem modificação em 30 de outubro de 2025. Sem modificar sua conclusão, os referidos auditores incluíram parágrafos de ênfase relacionados ao reconhecimento de recebíveis, à transação individual celebrada com a PGFN, às transações mantidas com partes relacionadas e à continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2026.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0

Giácómo Walter Luiz de Paula
CRC1SP243.045/O-0
Contador

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras D E C L A R A Ç Ã O

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 431, 2º Andar - parte, Centro, CEP 80410-180, Curitiba, Estado do Paraná, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI da Instrução CVM nº 80/22, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Curitiba/PR, 14 de Agosto de 2026.

Iraja Galliano Andrade Manacesar Lopes dos Santos

Diretor Administrativo Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente D E C L A R A Ç Ã O

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 431, 2º Andar - parte, Centro, CEP 80410-180, Curitiba, Estado do Paraná, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 27, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 80/22, que reviram e discutiram o parecer dos auditores independentes, e declaram que compreendem os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entendem que a empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, conforme demonstrado ao longo do Relatório da Administração e principalmente no quadro do Balanço projetado. Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes PP&C Auditores Independentes S/S, a Administração da Companhia, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Curitiba/PR, 14 de Agosto de 2026.

Iraja Galliano Andrade	Manacesar Lopes dos Santos
Diretor Administrativo Financeiro	Diretor de Relações com Investidores